

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	16
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	17

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	36
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	50
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	53
10.5 - Políticas contábeis críticas	54
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	56
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	57
10.8 - Plano de Negócios	58
10.9 - Outros fatores com influência relevante	63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Políticas de gerenciamento de riscos e controles internos – em relação aos riscos indicados no item 4.1

a) Política de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <http://ri.randon.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo

O Objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, estratégias e responsabilidades na Gestão de Riscos das Empresas Randon, assim como a conceituação, identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, estabelecendo controles, monitoramento, tratamento, bem quanto aos respectivos documentos de suporte.

i) os riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração. A Companhia classifica esses riscos de forma organizada e de acordo com a sua natureza: Estratégicos, Operacionais e Financeiros.

ii) os instrumentos utilizados para proteção

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no endereço eletrônico: <http://ri.randon.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas>.

iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma área de Ética, Compliance e Riscos que tem como principal atribuição o desenvolvimento de uma cultura organizacional de riscos e comunicação que envolva todos os colaboradores e partes que mantenham vínculo e/ou relação com as Empresas Randon.

Dentre estas atribuições está a identificar, junto com as áreas, os riscos operacionais inerentes a cada um dos processos da Companhia e disseminar a cultura de controles internos nas diferentes áreas. Além disso, também é de responsabilidade desta área manter a diretoria e o Comitê Executivo regularmente informados sobre os riscos aos quais estão sujeitos a Companhia, além de estabelecer procedimentos e parâmetros de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Além disso, a Companhia possui uma área de auditoria interna a qual reporta-se ao Presidente do Conselho de Administração e tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos através de trabalhos de avaliação, realizada sobre os processos e com base nos riscos inerentes a eles.

Os procedimentos devem ser aplicados de acordo com o Código de Ética e as Práticas Profissionais de Auditoria Interna recomendadas pelo IIA - *The Institute of Internal Auditors*.

O departamento de auditoria interna tem as seguintes atribuições:

- Prover cobertura de avaliação para todos os processos relevantes da organização, em periodicidade e extensão determinada pelos riscos previamente mensurados e adequados ao porte da Companhia e à complexidade e volume de suas transações;
- Avaliar os riscos, levando em consideração o pleno conhecimento dos objetivos estratégicos do grupo, para que haja salvaguarda das políticas gerais que direcionam os negócios;
- Realizar trabalhos preventivos, objetivando aprimorar os controles internos, a fim de proporcionar uma maior segurança contra erros e falhas, intencionais ou não, que poderiam vir a comprometer os objetivos da organização;
- Efetuar o acompanhamento e validação das ações propostas nos Planos de Ação em resposta aos pontos levantados nas auditorias;
- Observar o código de ética da organização, e reportar o descumprimento a este;
- Assegurar a confidencialidade das informações e evidências utilizadas para realizar os trabalhos de auditoria, bem como dos fatos constantes nos relatórios de auditoria;
- Informar à alta administração e aos órgãos supervisores do setor financeiro, assim que tiver conhecimento, de fatos que possam estar relacionados à lavagem de dinheiro e fraude;
- Compartilhar, sempre que julgar necessário e mediante autorização do gerente de auditoria interna, informações e evidências com a auditoria externa e com os órgãos reguladores;
- Deixar à disposição da auditoria externa e dos órgãos supervisores os relatórios de auditoria interna, pelo prazo de 5 anos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Ética, Compliance e Riscos monitora continuamente os principais riscos aos quais as Empresas Randon estão sujeitas. Tais riscos possuem indicadores que permitem acompanhar de forma tempestiva qualquer alteração que possa ocasionar impacto as Empresas, reduzindo perdas e evitando a materialização dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <http://ri.randon.com.br/>. Este documento foi aprovado em 12 de maio de 2017 pelo Conselho de Administração.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para o risco de mercado de volatilidade da taxa de câmbio e volatilidade na taxa de juros.

ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

- Non Deliverable Forward (NDF)
- SWAP de Moeda e Juros
- Financiamentos em moeda estrangeira

iv) os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos

Risco de Taxas de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentou variação negativa de 16,54% (47,1% positiva em 31 de dezembro de 2015). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (hedge).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de "Financiamento" visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de hedge (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Área de Ética, Compliance e Riscos é responsável por estabelecer procedimentos, parâmetros para gerenciar os riscos da instituição, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de riscos e comunicação que envolva a todos os colaboradores das Empresas Randon. A Área de Controladoria é responsável por estabelecer procedimentos e parâmetros para gerenciar o risco de liquidez e de mercado/governamentais, assegurando que o nível de liquidez das empresas Randon seja mantido a qualquer tempo.

c) A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A gestão dos riscos é responsabilidade de todos, sendo que os gestores de cada área atuam como representantes da área de Ética, Compliance e Riscos facilitando a comunicação e a divulgação de informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como reportando a áreas de ética, Compliance e Riscos qualquer evento de risco que impactou ou que foi previamente detectado em sua área de atuação.

A área de Auditoria Interna é responsável por verificar a adequação e a efetividade da Política da Gestão de Riscos e Compliance dentro das diversas áreas da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Randon S.A. Implementos e Participações

**Relatório de recomendações dos
auditores independentes sobre os
controles internos**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone 55 (51) 3303-6000, Fax 55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos

Aos Conselheiros e Diretores da
Randon S.A. Implementos e Participações
Porto Alegre - RS

Prezados senhores,

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Randon S.A. Implementos e Participações ("Companhia") em 31 de dezembro de 2016, conduzindo nossos trabalhos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitimos nosso relatório de auditoria sobre essas demonstrações contábeis em 21 de março de 2017, sem ressalvas.

Em nosso exame, selecionamos procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Dentre esses procedimentos, obtivemos entendimento da entidade e do seu ambiente, o que inclui o controle interno da Companhia, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Conforme descrito na NBC TA 200, devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria (NBC TA 200, item 51). Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, com o objetivo de planejar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Assim, não expressamos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

A definição de "Controle interno", no contexto das normas de auditoria, significa o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Uma deficiência de controle interno existe quando (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis; ou (ii) falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos foram realizados, com o propósito exclusivo mencionado no primeiro parágrafo, e, considerando as limitações inerentes ao processo de auditoria das demonstrações contábeis, não necessariamente nos permitiram identificar todas as deficiências dos controles internos da Companhia. Os nossos comentários referem-se aos controles internos em vigor quando da execução de nossos trabalhos de auditoria, que foram concluídos em 21 de março de 2017; não efetuamos nenhum procedimento de auditoria posteriormente à referida data. Os procedimentos de auditoria não foram conduzidos com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno da Companhia e por isso não emitimos tal opinião. Além disso, não foram consideradas eventuais modificações desses controles porventura ocorridas após essa data.

As recomendações e observações apresentadas tem por finalidade contribuir para aperfeiçoar os controles internos e os procedimentos contábeis da Companhia, e foram previamente discutidas com a administração.

Este relatório está dividido em duas seções como segue:

- Seção I - Deficiências significativas de controles internos
- Seção II - Risco identificados a serem reportados à Administração

Como resultado dos nossos procedimentos, foram identificadas deficiências de controle interno descritas nesse relatório. As recomendamos e observações apresentadas têm por finalidade contribuir para aperfeiçoar os controles internos e os procedimentos contábeis da Companhia.

Os assuntos descritos nesse relatório são recomendações para a atenção do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia (deficiências significativas).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

As deficiências de controles internos reportadas neste relatório estão acompanhadas dos comentários da administração como resposta às nossas observações sobre procedimentos contábeis e de controles internos, tais comentários não foram sujeitos a procedimentos adicionais de auditoria e, conseqüentemente, não expressamos opinião ou qualquer outra forma de assecuração sobre tais comentários.

Este relatório destina-se exclusivamente para informação e uso da administração, não devendo ser utilizado ou publicado no todo ou em parte, para nenhum outro propósito sem o nosso consentimento formal.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Porto Alegre, 10 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk
Contador CRC 1RS041241/O-2

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Randon S.A. Implementos e Participações
Relatório de recomendações dos auditores
independentes sobre os controles internos

Seção I - Deficiências significativas de controles internos**i) Procedimentos sobre a aprovação e revisão sobre os lançamentos contábeis realizados de forma não automatizada*****Situação observada***

De forma geral, os lançamentos contábeis registrados pela Companhia ocorrem de forma parametrizada e automatizada através de seu sistema informatizados (ERP) para as transações rotineiras do negócio da Companhia. Em algumas situações, é necessária a existência de lançamentos realizados de forma manual/não automatizada, que em geral, envolvem julgamento crítico por parte da Administração da Companhia. Esses julgamentos críticos estão descritos nas demonstrações financeiras e os lançamentos são registrados contabilmente sem haver um procedimento formal de aprovação e/ou revisão.

Recomendação

Recomendamos a implementação de sistemas informatizados que possuam a funcionalidade de bloqueio dos lançamentos realizados manualmente, e possuam a possibilidade do registro efetivos somente após aprovação formal pelo nível adequado de governança corporativa; ou a implementação de controles de revisão posterior de todos os lançamentos realizados com essa característica.

Possíveis efeitos

A falta da adequada aprovação/revisão pelo respectivo nível de governança corporativa, em determinadas situações, pode gerar informações financeiras em desacordo com seu propósito.

Comentários da Administração

Estamos estruturando junto com o departamento de Tecnologia da Informação (TI) e a equipe de governança corporativa da Companhia a instituição de uma política formal de mapeamento e controle dos lançamentos manuais, bem como a possibilidade de um rastreamento sistêmico dessas operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos*Randon S.A. Implementos e Participações**Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos***ii) Formalização do processo de revisão de conciliações contábeis*****Situação observada***

A Companhia realiza conciliações contábeis para contas/rubricas contábeis significativas com a periodicidade mensal. As conciliações são realizadas principalmente pelo departamento de contabilidade/controladoria, e as conciliações citadas são revisadas tempestivamente por profissional mais sênior do departamento. No entanto, não nos foi possível identificar a adequada formalização quanto à preparação e revisão dessas conciliações contábeis.

Recomendação

Formalizar adequadamente a revisão das conciliações contábeis para identificar possíveis divergências e pendências antigas não resolvidas, com a assinatura de preparação e a revisão por profissional mais experiente.

Possíveis efeitos

O controle de formalização da revisão de conciliações contábeis mitiga o risco de inadequada apresentação de demonstrações financeiras e possíveis impactos referentes à tomada de decisões com base em números não conciliados.

Comentários da Administração

As contas relevantes são conciliadas mensalmente. Iremos formalizar o processo que evidencia as verificações realizadas, inclusive das contas com menos relevância, assim como incluir esse aprimoramento do processo no procedimento atualmente realizado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos*Randon S.A. Implementos e Participações**Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos***iii) Controle sobre os comprovantes de entrega de produtos*****Situação observada***

Em grande parte das negociações de venda, as entregas dos produtos são realizadas diretamente nas instalações do cliente. A Companhia possui controles sobre a saída e sobre a entrega dos produtos, e esses controles são formalizados através da conferência e assinatura dos comprovantes de embarque das mercadorias. Em determinadas situações, não nos foi possível obter a evidência de que o controle de assinaturas dos comprovantes de embarque das mercadorias foi executado conforme determina as práticas geralmente aplicadas pela Companhia.

De forma geral, a transferência dos riscos e benefícios significativos ocorre na entrega dos produtos aos clientes, e a receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das negociações de venda. No entanto, em sua maioria, o momento da transferência de riscos e benefícios significativos ocorre na entrega dos produtos ao comprador.

Recomendação

Observação das práticas geralmente aplicadas pela Companhia, em relação aos controles internos sobre o embarque dos produtos.

Possíveis efeitos

Falta de formalização das transações de transferência de riscos e benefícios significativos ocorridos pela entrega de mercadorias.

Comentários da Administração

Atualmente, as portarias responsáveis pela expedição de produtos possuem o controle através de planilha padronizada; e há também o arquivamento dos conhecimentos de transporte assinados pelos clientes como forma de identificação da adequada transferência de riscos e benefícios pela entrega dos produtos. A companhia irá reforçar o treinamento interno e o aprimoramento da política de embarque de mercadoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos*Randon S.A. Implementos e Participações**Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos***iv) Controle sobre o recebimento de mercadorias*****Situação observada***

A Companhia possui a prática de formalização de conferência física das mercadorias adquiridas de terceiros no momento de seu recebimento nas dependências da Companhia. Em geral, são realizadas conferências pelo profissional habilitado para essa função e são utilizadas métodos de conferência previamente determinados pelas práticas geralmente aplicadas pela Companhia, incluindo a formalização da realização das contagens através de assinaturas nos documentos de recebimento de mercadoria. Em determinadas situações, não nos foi possível obter a evidência de que o controle de assinaturas que formalizam as devidas contagens no recebimento de mercadorias foi executado conforme determina a prática da Companhia.

Recomendação

Observação das práticas geralmente aplicadas pela Companhia, em relação aos controles internos sobre o recebimento dos produtos.

Possíveis efeitos

Um potencial recebimento de mercadorias em excesso ou falta de quantidades, de acordo com o definido nos trâmites internos de compras, realizados de acordo com as políticas internas de compra da Companhia, pode resultar em potenciais divergências na gestão de estoques e potenciais perdas financeiras para a Companhia.

Comentários da Administração

A companhia instituirá lista de assinaturas, visando a identificação dos responsáveis pelas conferências. A área de Acuracidade dos Estoques fará auditorias periódicas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos*Randon S.A. Implementos e Participações**Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos***v) Procedimentos realizados sobre o inventário físico de estoques*****Situação observada***

Durante a realização dos inventários gerais e cíclicos sobre os estoques da Companhia e suas controladas são utilizadas políticas de contagens previamente estabelecidas. Em geral, essas políticas determinam a necessidade de dupla contagens dos estoques presentes em cada localidade, a identificação adequada dos itens a serem inventariados, e de ajustes de potenciais divergências das quantidades de itens identificados durante as contagens físicas. Abaixo estão destacados os procedimentos observados e identificados durante a realização das inspeções físicas pela Companhia:

- Dificil localização dos estoques de produtos prontos e semielaborados;
- Formalização inadequada da transferência de ativos entre as localidades/filiais da Companhia e suas controladas;
- Não identificação de evidência sobre a aprovação dos adequados níveis de governança corporativa quanto aos potenciais ajustes referente aos desvios de quantidades identificados pela inspeção física e registros sistêmicos; e
- Realização de procedimentos de inspeção física de forma independente, e sem previsibilidade das quantidades a serem inventariadas.

Recomendação

Observação das práticas geralmente aplicadas pela Companhia em relação aos controles internos sobre a realização de inventários pela Companhia.

Possíveis efeitos

Potenciais desvios na gestão de estoques e potenciais perdas financeiras para a Companhia.

Comentários da Administração

A companhia está avaliando a implementação de uma ferramenta para a localização de produtos. Quanto à transferência de ativos, a empresa está revendo almoxarifados e fazendo as devidas adequações. A Companhia fará os ajustes conforme políticas estabelecidas, e além disso a área de Acuracidade dos Estoques fará auditorias periódicas. Com relação aos demais pontos a companhia adequará os procedimentos internos para garantir que as contagens sejam realizadas de forma independente e sem a previsibilidade das quantidades a serem inventariadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Randon S.A. Implementos e Participações

Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos

vi) Revisão dos perfis de acessos sistêmicos

Situação observada

Durante o exercício de 2016, identificamos ações por parte da Companhia no processo de implantação de rotinas internas para a revisão da totalidade dos perfis de acesso sistêmicos em seus principais sistemas de gestão. A finalidade principal dessas ações é a identificação de potenciais conflitos de segregação de função e fragilidades na execução das transações sistêmicas realizadas pela Companhia. Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia não havia concluído a revisão integral dos perfis de acesso em alguns sistemas relevantes, e a avaliação de potenciais transações que possam conter conflitos por falta de segregação de funções nos sistemas relevantes da Companhia.

Recomendação

Revisão periódica dos perfis de acesso dos usuários dos sistemas relevantes para a operação da Companhia, realizada pelo nível adequado da governança corporativa, incluindo a descrição adequada das atividades a serem executadas por cada perfil de acesso sistêmico e considerando a adequada segregação de funções na Companhia.

Possíveis efeitos

A ausência de revisões periódicas de perfis de acessos a transações, e a falta de avaliação de segregação nos perfis sistêmicos dos colaboradores podem permitir acesso indevido a informações críticas da Companhia e a execução de transações sem a devida segregação operacional de funções.

Comentários da Administração

A Companhia tem focado esforços e investimentos na evolução dos processos e ferramentas voltadas à gestão de identidades e acessos. Inicialmente foi implantada uma plataforma corporativa para permitir o controle, de forma centralizada, do ciclo de vida das identidades dos colaboradores e parceiros no tocante a acessos lógicos. A partir daí, temos paulatinamente integrado os sistemas da Companhia a tal plataforma, passando a executar processos padronizados de concessão e revogação de acessos. Especificamente a respeito dos perfis de acessos, a metodologia que passamos a adotar é baseada nas melhores práticas de matrizes de acesso (contemplando o controle de segregação de funções) e revisões periódicas dos perfis de acesso.

A companhia realizou um estudo para a implementação da solução do SAP GRC – Access Control, através da qual seria possível gerenciar os perfis de acesso de forma automatizada e de acordo com as melhores práticas de mercado, entretanto devido ao alto investimento e a atual conjuntura econômica o projeto o projeto será reavaliada no final de 2016. Neste primeiro momento a empresa fortalecerá o processo e o controle interno visando aprimorar o fluxo de concessão de acessos atual visando mitigar os riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos*Randon S.A. Implementos e Participações**Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos***Seção II - Risco identificados a serem reportados à Administração****i) Acompanhamento da recuperabilidade de ativos imobilizados*****Riscos identificados***

Em função do atual cenário econômico local, e das questões de mercado pertinentes aos negócios da Companhia, a Administração preparou um estudo sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os preceitos utilizados para a identificação do valor em uso dos ativos imobilizados e suas unidades geradoras de caixa levou em consideração a perspectiva futura de utilização desses ativos e de manutenção da atividade fabril da Companhia. Em nosso entendimento, o estudo preparado pela Administração deve ser atualizado periodicamente considerando as possíveis evidências sobre a não recuperabilidade do valor contábil dos ativos, conforme menciona o item 9 do CPC01/IAS 36:

"A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo."

Comentários da Administração

A Companhia realizará o estudo de recuperabilidade de ativos conforme determinado pelas normas de contabilidade na periodicidade anual ou quando houver algo fato que impacte significativamente o negócios ou as perspectivas da empresa.

ii) Recuperabilidade de créditos tributários***Riscos identificados***

A Companhia possui o acúmulo de créditos fiscais advindo de suas operações e atividades normais. Durante o exercício de 2016, houve esforços da Administração com o intuito de realização dos saldos de créditos fiscais através de ações estratégicas, como buscas sobre compensação de créditos fiscais federais e estaduais com outros tributos da mesma autoridade competente. Em alguns casos, a recuperabilidade dos tributos está estritamente vinculada à capacidade e os planos desenvolvidos pela Administração para sua realização. Entendemos ser necessário o acompanhamento e monitoramento constante dos saldos contábeis de créditos de impostos a fim de determinar sua efetiva recuperabilidade nas operações atualmente existentes. As possíveis consequências em relação a esse assunto está o dispêndio de caixa excessivo considerando que os citados créditos tributários possuem papel importante na gestão operacional de caixa da Companhia.

Comentários da Administração

Conforme informado, a Companhia possui estratégias de utilização e recuperação de impostos. No âmbito dos impostos federais além dos reembolsos dos créditos, esses são utilizados como forma de liquidação de impostos e contribuições geradas pela atividade da Companhia, seja em função da geração de lucro fiscal ou pela liquidação de contribuições vinculadas à folha de pagamentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras incluídas neste item 10 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards – IASB* ("IASB") e às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.randon.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Exercício de 2014

A mudança nas regras de financiamento do PSI/Finame no primeiro e último trimestre de 2014 acentuaram as quedas no volume de vendas em relação a 2013, que já estavam fragilizadas pela baixa na economia. Foram produzidos 139.965 caminhões (-25,2% comparado a 2013), 32.938 chassis de ônibus (-17,9% em relação a 2013) e 60.208 implementos rodoviários (-20,4% sobre 2013).

Por outro lado, a safra agrícola permaneceu como fator relevante para as vendas de caminhões e implementos rodoviários. Embora as dificuldades ligadas à competição internacional tenham enfraquecido o segmento, o otimismo no campo continuou como importante alavanca da economia. No setor de autopeças, o destaque foi para Fras-le, que registrou bons níveis de vendas para os setores de reposição e exportação. Na área ferroviária, as vendas chegaram a 1.356 unidades no ano.

Após grandes mudanças internas ocorridas nos últimos anos na empresa, desde seu perfil de gestão e alocação de recursos e pessoas, troca de sistema ERP (2012), foco em produtividade e controle de despesas (2013), em 2014, a empresa iniciou mais um importante ciclo de transformação, em que a estratégia de vendas, reestruturação na rede de distribuidores, reengenharia de produtos e processos, controle apurado de custos, disciplina nos investimentos e geração de caixa ganharam ênfase.

Com relação ao resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas), passou de R\$ 34,5 milhões negativos em 2013, para R\$ 38,3 milhões negativos em 2014.

O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades) atingiu R\$ 1,1 bilhão no encerramento de 2014, equivalente a um múltiplo de 2,16 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No mesmo período de 2013 este endividamento era de R\$ 1,2 bilhão e representava múltiplo de 2,12 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Além disso, os diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2014. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2014, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,8.

Exercício de 2015

O exercício de 2015 reforçou a necessidade de uma vasta pauta de ajustes e mudanças na gestão da Companhia. Intimamente ligados com o desempenho da economia doméstica, os resultados e indicadores da Randon foram afetados pelo macro cenário desafiador. A crise de confiança político-econômica instalada no país continuou determinante para que a economia permanecesse em recessão e afetasse os fragilizados volumes de vendas e produção da cadeia automotiva, em especial o mercado de pesados.

Em resposta à baixa demanda, as montadoras trabalharam no ajuste dos níveis dos estoques de seus pátios e dos seus concessionários, afetando ainda mais o volume de produção, o pior nível dos últimos 15 anos, 74.062 unidades de caminhões (-47,1%) e 33.056 unidades de semirreboques (-45,1%). A venda de caminhões encerrou o ano em 71.655 unidades, baixa de 47,7% em comparação com 2014. As quedas não foram diferentes no setor de semirreboques, 29.620 unidades em 2015 (-47,5%).

No lado positivo de demanda, os setores de reposição e de vagões foram destaques. Além disto, a desvalorização do real frente ao dólar americano deu nova competitividade às exportações.

O resultado financeiro líquido consolidado da Companhia (receitas menos despesas), passou de R\$ 38,3 milhões negativos em 2014, para R\$ 43,3 milhões negativos em 2015.

O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades) atingiu R\$ 1,4 bilhão no encerramento de 2015, equivalente a um múltiplo de 8,38 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No mesmo período de 2014 este endividamento era de R\$ 1,1 bilhão e representava múltiplo de 2,16 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Com relação ao índice de liquidez corrente e solvência, os diretores entendem que a Companhia estava em boa situação em 2015. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2015, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,12.

Exercício de 2016

O exercício de 2016 apresentou um cenário bastante complexo ao ambiente de negócios em que a instabilidade política trouxe mais incertezas a uma economia fragilizada, levando o país a registrar mais um ano de forte retração do PIB. Os números de mercado, refletiram esse cenário, apresentando nova queda, resultado do aumento do desemprego, queda do consumo das famílias e retração da produção industrial. Além disso, o agronegócio (safra de grãos), que costuma ser um setor que cresce até mesmo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em períodos recessivos, sofreu com a estiagem, prejudicando ainda mais o transporte e o mercado de veículos pesados.

Em resposta à ociosidade de mais de 75% em suas plantas, as montadoras precisaram realizar grandes movimentos de ajustes, que incluíram paradas de produção, férias coletivas, PDV (plano de demissões voluntárias) e *layoff*. Os volumes refletiram este cenário, com a produção de caminhões ficando em 60.604 unidades (-18,2%) e a venda em 50.562 caminhões (-29,4%) na comparação com o mesmo período de 2015. As quedas não foram diferentes no setor de semirreboques, cuja produção caiu de 33.056 em 2015 para 27.161 unidades em 2016 (-17,8%).

Em contrapartida, a Companhia aproveitou o momento do real desvalorizado frente ao dólar americano para ampliar exportações e reforçou iniciativas no mercado de reposição. Além disso, o volume de vagões continuou representativo, totalizando 1.584 unidades vendidas em 2016.

O resultado financeiro líquido consolidado da Companhia (receitas menos despesas), passou de R\$ 43,3 milhões negativos em 2015, para R\$ 20,3 milhões negativos em 2016.

O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades) atingiu R\$ 613,5 milhões no encerramento de 2016, equivalente a um múltiplo de 4,3 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No mesmo período de 2015 este endividamento era de R\$ 1,4 bilhão e representava múltiplo de 8,38 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Sendo a redução da alavancagem financeira uma das principais metas da Companhia para 2016 a Administração focou seus trabalhos neste objetivo. Dentre as medidas adotadas, estão o controle de gastos e despesas, a redução de investimentos e redução da NCG (Necessidade de Capital de Giro). Também neste ano, a Companhia captou R\$ 229,4 milhões, através de oferta de aumento de Capital Social na Randon S.A. e em sua controlada Fras-le. Todos estes eventos fizeram com que o endividamento líquido consolidado (sem Banco Randon) encerrasse o final do ano em R\$385,6 milhões ou Geração de Caixa livre de R\$ 666,5 milhões.

Além disso, os diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2016. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2016, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,45.

b) Estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era R\$ 1.890 milhões. Já em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 1.587,7 milhões, comparado a R\$1.743,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. O Aumento do patrimônio líquido de 6,1% ou R\$ 100,5 milhões em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

31 de dezembro de 2014 quando comparado com 31 de dezembro de 2013, refere-se principalmente ao desempenho operacional do período, que resultou em um aumento das reservas de lucros. A redução do patrimônio líquido de 8,9% ou R\$155,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 quando comparado a 31 de dezembro de 2014 refere-se à desvalorização do "REAL" que impactou negativamente o Patrimônio Líquido pelo lançamento de variação cambial da dívida a título de *Hedge Accounting* na rubrica "Outros resultados abrangentes". Já o aumento do patrimônio líquido de 19,1% em 31 de dezembro de 2016 quando comparado a 31 de dezembro de 2015 refere-se em parte pelo aumento do Capital Social relativo à oferta de ações.

Estrutura de Capital da Companhia está evidenciada nas tabelas a seguir:

	Capital Próprio	Capital de Terceiros
31 de dezembro de 2016	38,8%	61,2%
31 de dezembro de 2015	30,6%	69,4%
31 de dezembro de 2014	35,8%	64,2%

	Em 31 de dezembro de		
	2016 (em R\$ mil)	2015 (em R\$ mil)	2014 (em R\$ mil)
Capital Próprio			
Capital Social	1.293.170	1.200.000	1.200.000
Reserva de Capital	-7.171	-6.128	-6.128
Aquisição Investimento Controlada	-190.351	-188.424	-188.424
Reservas de Lucros	335.235	355.446	355.446
Outros resultados abrangentes	45.525	-63.350	70.691
Resultados acumulados	-63.251	-20.211	0
Participação de acionistas não controladores	477.127	310.334	311.759
Patrimônio Líquido	1.890.284	1.587.668	1.743.344
Capital de Terceiros			
Passivo Circulante	1.239.670	1.511.424	1.038.258
Passivo Não Circulante	1.738.338	2.084.775	2.091.929
Total do Passivo	2.978.007	3.596.198	3.130.187
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.868.291	5.183.866	4.873.531

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Randon tem apresentado ao longo dos anos capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, como atestam seus índices de liquidez corrente e de endividamento. A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

O baixo nível de atividade do ano de 2015 acarretou em uma diminuição da geração caixa bruta da Companhia. Este fato, aliado ao aumento da taxa de câmbio e ao volume de investimentos acima da depreciação, elevou o grau de endividamento. Medidas foram tomadas para a redução do índice (controle de despesas, redução de investimentos e redução da NCG), o que contribuiu para uma melhora em 2016.

CONSOLIDADO Índices Financeiros	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Índice de Liquidez Corrente	2,5	2,12	2,9
Índice de Endividamento	4,30	8,38	2,16

A Companhia possui capacidade financeira e linhas de crédito para renovar suas dívidas alongando os prazos de pagamento se necessário. As projeções financeiras internas suportam o pagamento da dívida contraída.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos e pré-embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o IFC, FINEP, BNDES e Debêntures.

A seguir, tabelas demonstrando a composição da dívida bruta nos últimos três exercícios:

Modalidade	2016 Total R\$	2015 Total R\$	2014 Total R\$
ACC	67.421	-	-
BNDES	108.318	205.903	290.582
Debêntures	715.806	513.586	511.241
Dívida Banco Randon	164.702	268.524	-
EXIM	101.590	278.696	278.641
FINAME	57.904	302.301	397.410
FINEP	85.506	100.080	112.852
FINIMP	352	843	717
FRN 4131	212.073	374.033	-
FUNDOPEM	78.539	90.691	84.074
IFC	17.845	42.968	42.184
Leasing	3.591	3.718	5.576
NCE	461.323	514.377	347.869
Outros	37.952	74.643	98.300
Resolução 2770	316.396	324.180	403.972
Total	2.429.318	3.094.543	2.573.418

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são o caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais. A Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito considerando os bons índices de avaliação junto às instituições financeiras e o bom relacionamento com estas.

As modalidades de financiamento serão captadas considerando as melhores taxas de juros e as condições de mercado do período em questão.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões) – 2014/2013

	Indexador	Juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				BR	GAAP	IFRS	
				2014	2013	2014	2013
Circulante							
Moeda nacional:							
FINIMP	Libor	3,05%a.a	29/08/2017	-	-	150	-
FINAME	TJLP	6,00% a.a.	17/08/2015	67.720	232.545	82.628	232.545
FINEP	TJLP	2,5% a 5,25% a.a.	15/12/2023	14.434	16.357	19.020	27.621
Financiamentos	CDI/TJLP	1,20% a 9,94% a.a.	20/04/2019	51.717	28.166	55.607	32.827
Incentivo fiscal — Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	1.553	580	4.912	2.625
BNDES	UMBDES / TJLP	1,55% a 4,5% a.a.	15/01/2023	59.309	64.004	100.794	88.337
BNDES	Taxa Fixa	5,50% a 8,0% a.a.	16/10/2017	1.027	246	2.568	956
Debêntures	Taxa CDI	1,15% a.a	01/08/2020	11.241	8.142	11.241	8.142
Leasing	CETIP/CDI-OVER	2,80% a.a	31/10/2017	1.264	1.896	1.871	1.896
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	0,0% a 8,3% a.a.	01/09/2019	-	-	92.998	62.500
Captação no mercado aberto	TJLP	5,9% a 9,0% a.a	01/09/2019	-	-	9.066	12.386
Vendor	SELIC	3% a.a	30/06/2016	728	9.404	-	34.435
Moeda estrangeira:							
Financiamento de US\$ 39.876 mil	Varição cambial +						
	Libor	1,00% a 4,50% a.a.	20/03/2020	59.355	7.584	105.917	16.996
Financiamento de US\$ 5.430 mil	Varição Cambial	20,6% a.a	16/09/2016	-	-	14.422	11.082
Empréstimo de capital de giro de US\$ 1.923 mil	Badlar	4,00% a 9,90% a.a.	09/08/2019	-	-	5.108	3.440
BNDES	UMBDES / Varição Cambial	1,95% a 2,5 % a.a.	15/04/2020	8.038	6.772	12.820	9.569
				276.386	375.696	519.122	545.357
Não circulante							
Moeda nacional:							
FINIMP	Libor	3,05%a.a	29/08/2017	-	-	567	-
FINEP	TJLP	2,5% a 5,25% a.a.	15/12/2023	41.826	56.140	93.833	93.090
Financiamentos	CDI/TJLP	1,20% a 9,94% a.a.	20/04/2019	236.000	282.000	300.136	349.967
Incentivo fiscal - Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	24.866	24.169	79.163	70.746
BNDES	UMBDES/ TJLP	1,55% a 4,5% a.a.	15/01/2023	88.155	131.406	142.481	212.445
BNDES	Taxa Fixa	5,50% a 8,0% a.a	16/10/2017	160.000	110.000	276.073	176.073
Debêntures	Taxa CDI	1,15% a.a	01/08/2020	500.000	500.000	500.000	500.000
Leasing	CETIP/CDI-OVER	2,80% a.a	31/10/2017	2.528	3.792	3.717	3.792
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	0,0% a 8,3% a.a.	01/09/2019	-	-	206.081	150.069
Captação no mercado aberto	TJLP	5,9% a 9,0% a.a	01/09/2019	-	-	6.638	17.018
Moeda estrangeira:							
Financiamento de US\$ 145.823 mil	Varição cambial +						
	Libor	1,00% a 4,50% a.a.	20/03/2020	241.473	266.204	387.334	440.329
Financiamento de US\$ 1.791 mil	Varição Cambial	20,6% a.a	16/09/2016	-	-	4.758	-
Empréstimo de capital de giro de US\$ 7.165 mil	Badlar	4,00% a 9,90% a.a.	09/08/2019	-	-	19.031	13.251

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDDES	UMBNDDES / Variação						
	Cambial	1,95% a 2,5 % a.a.	15/04/2020	21.100	20.872	34.486	33.829
Total de empréstimos sujeitos a juros				1.315.948	1.394.583	2.054.298	2.060.609
				1.592.334	1.770.279	2.573.420	2.605.966

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões) – 2015/2014

				Controladora		Consolidado	
	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante							
Moeda nacional:							
FINIMP	Libor	3,05% a.a. 2,5% a 9,50%	29/08/2017	-	-	426	150
FINAME	TJLP	a.a. 3,5% a	15/07/2016	302.301	67.720	302.301	82.628
FINEP	TJLP	5,25% a.a. 1,2% a	15/12/2023	14.984	14.434	20.292	19.020
Financiamentos	CDI/TJLP	11,0% a.a.	20/04/2019	52.061	51.717	54.979	55.607
Incentivo fiscal — Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	3.604	1.553	9.249	4.912
BNDDES	UMBNDDES / TJLP	1,55% a 4,5% a.a.	15/01/2023	45.700	59.309	72.809	100.794
BNDDES	Taxa Fixa	5,50% a 8,0% a.a.	16/10/2017	111.080	1.027	178.696	2.568
Debêntures	Taxa CDI CETIP/CDI-OVER	1,15% a.a.	01/08/2020	13.586	11.241	13.586	11.241
Leasing	-	0% a 20,46% a.a.	31/10/2017	1.264	1.264	1.859	1.871
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	7,9% a 11,0% a.a	15/10/2020	-	-	98.946	92.998
Captação no mercado aberto	TJLP		15/10/2020	-	-	5.407	9.066
Vendor	SELIC	3% a.a	11/12/2018	674	728	-	-
Moeda estrangeira:							
Financiamento	Variação cambial +						
	Libor	3,00% a 4,50% a.a.	20/03/2020	108.186	59.354	167.155	105.917
Financiamento	Variação Cambial	20,6% a.a	30/04/2018	-	-	7.758	14.422
Empréstimo de capital de giro	Badlar	4,00% a 9,90% a.a	09/08/2019	-	-	4.025	5.108
BNDDES	UMBNDDES / Variação Cambial	1,95% a 2,80 %a.a	15/01/2023	13.019	8.039	20.364	12.820
Financiamentos	Taxa fixa + variação cambial/Libor	2,50% a 4,5% a.a	07/08/2019	122.581	-	122.581	-
				789.040	276.386	1.080.433	519.122
Não circulante							
Moeda nacional:							
FINIMP	Libor	3,05%a.a 3,5% a 5,25%	29/08/2017	-	-	417	567
FINEP	TJLP	a.a.. 1,2% a 11,0%	15/12/2023	26.929	41.826	79.788	93.833
Financiamentos	CDI/TJLP	.a.a	20/04/2019	240.000	236.000	301.484	300.136
Incentivo fiscal -							
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	24.364	24.866	81.443	79.163
BNDDES	UMBNDDES/ TJLP	1,55% a 4,5% a.a.	15/01/2023	45.978	88.155	77.140	142.481
BNDDES	Taxa Fixa	5,50% a 8,0% a.a.	16/10/2017	50.000	160.000	100.000	276.073
Debêntures	Taxa CDI CETIP/CDI-OVER	1,15% a.a	01/08/2020	500.000	500.000	500.000	500.000
Leasing	-	0% a 20,46% a.a.	31/10/2017	1.264	2.528	1.859	3.717
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	7,9% a 11,0% a.a	15/10/2020	-	-	163.220	206.081
Captação no mercado aberto	TJLP		15/10/2020	-	-	950	6.638
Moeda estrangeira:							
Financiamento	Variação cambial +						
	Libor	3,00% a 4,50% a.a.	20/03/2020	248.487	241.473	406.336	387.334
Financiamento	Variação Cambial	20,6% a.a 4,00% a 9,90%	30/04/2018	-	-	653	4.758
Empréstimo de capital de giro	Badlar	a.a	09/08/2019	-	-	13.778	19.031

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDES	UMBNDDES / Variação Cambial Taxa fixa + variação cambial/Libor	1,95% a 2,80 %a.a	15/01/2023	22.180	21.100	35.589	34.486
Financiamentos		2,50% a 4,5% a.a	07/08/2019	251.453	-	251.453	-
				1.410.655	1.315.948	2.014.110	2.054.298
Total de empréstimos sujeitos a juros				2.199.695	1.592.334	3.094.543	2.573.420

				Controladora		Consolidado	
	Indexador	Juros	Vencimento final do contrato	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante							
Moeda nacional:							
FINIMP	Libor	3,05% a.a.	29/08/2017	-	-	353	426
FINAME	TJLP/SELIC	4,00% a 4,34% a.a.	16/06/2017	57.904	302.301	57.904	302.301
FINEP	TJLP	3,5% a 5,25% a.a.	15/12/2023	16.610	14.984	26.446	20.292
Financiamentos	CDI/TJLP	1,2% a 11,0% a.a.	20/04/2019	132.045	52.061	133.748	54.979
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	3.595	3.604	10.493	9.249
BNDES	UMBNDDES / TJLP	1,55% a 4,5% a.a.	15/01/2023	17.296	45.700	33.566	72.809
BNDES	Taxa Fixa	8,0% a.a.	16/10/2017	50.795	111.080	101.590	178.696
Debêntures	Taxa CDI	1,15% a 3,0% a.a.	07/12/2021	15.806	13.586	15.806	13.586
Leasing	CETIP/CDI-OVER	3,70% a.a.	31/10/2017	2.413	1.264	3.008	1.859
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	0% a 20,46% a.a.	15/10/2020	-	-	83.516	98.946
Captação no mercado aberto	TJLP	8,4% a 11,5% a.a.	15/10/2020	-	-	781	5.407
Vendor	SELIC	3% a.a.	21/01/2019	485	674	-	-
ACC	Taxa Fixa	3,79% a 5,15% a.a.	08/09/2017	19.779	-	67.421	-
Moeda estrangeira:							
Financiamento	Variação cambial + Libor	3,00% a 4,50% a.a.	20/03/2020	76.268	108.186	124.297	167.155
Financiamento	Variação cambial	20,6% a.a.	30/04/2018	-	-	431	7.758
Empréstimo de capital de giro	Badlar	4,00% a 4,50% a.a.	09/08/2019	-	-	3.501	4.025
BNDES	UMBNDDES/Variação cambial	1,95% a 2,80% a.a.	15/01/2023	6.082	13.019	12.197	20.364
Financiamentos	Taxa fixa + variação cambial/Libor	2,50% a 4,5% a.a.	07/08/2019	102.419	122.581	102.417	122.581
				501.497	789.040	777.475	1.080.433
Não circulante							
Moeda nacional:							
FINIMP	Libor	3,05% a.a.	29/08/2017	-	-	-	417
FINEP	TJLP	3,5% a 5,25% a.a.	15/12/2023	15.953	26.929	59.060	79.788
Financiamentos	CDI/TJLP	1,2% a 11,0% a.a.	20/04/2019	269.000	240.000	329.065	301.484
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/05/2027	17.905	24.364	68.046	81.443
BNDES	UMBNDDES/ TJLP	1,55% a 4,5% a.a.	15/01/2023	29.510	45.978	44.932	77.140
BNDES	Taxa Fixa	8,0% a.a.	16/10/2017	-	50.000	-	100.000
Debêntures	Taxa CDI	1,15% a 3,00% a.a.	07/12/2021	700.000	500.000	700.000	500.000
Leasing	CETIP/CDI-OVER	3,70% a.a.	31/10/2017	582	1.264	582	1.859
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	0% a 20,46% a.a.	15/10/2020	-	-	80.223	163.220
Captação no mercado aberto	TJLP	8,4% a 11,5% a.a.	15/10/2020	-	-	182	950
Moeda estrangeira:							
Financiamento	Variação cambial + Libor	3,00% a 4,50% a.a.	20/03/2020	148.141	248.487	234.063	406.336
Financiamento	Variação cambial	20,6% a.a.	30/04/2018	-	-	2.686	653

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimo de capital de giro	Badlar	4,00% a 4,50% a.a.	09/08/2019	-	-	5.726	13.778
BNDES	UMBNDDES/Variação cambial	1,95% a 2,80 % a.a.	15/01/2023	12.514	22.180	17.622	35.589
Financiamentos	Taxa fixa + variação cambial/Libor	2,50% a 4,5% a.a.	07/08/2019	109.656	251.453	109.656	251.453
				1.303.261	1.410.655	1.651.843	2.014.110
Total de empréstimos sujeitos a juros				1.804.758	2.199.695	2.429.318	3.094.543

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões) – 2016/2015**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Impostos a recolher;
- 3) Empréstimos e financiamentos com garantias reais (atualmente, não aplicável);
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Exercício de 2014**

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$637.579 (R\$ 492.586 em 31 de dezembro de 2013), hipoteca no valor de R\$17.151 (R\$ 17.151 em 31 de dezembro de 2013), notas promissórias e carta fiança no valor de R\$317.329 (R\$ 108.934 em 31 de dezembro de 2013) e bens dados em garantia e propriedade fiduciária no valor de R\$ 57.362 em 31 de dezembro de 2013.

Os contratos de financiamentos com o International Finance Corporation (IFC) contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos.

Em 31 de dezembro de 2014, os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Exercício de 2015

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 692.766 (R\$ 637.579 em 31 de dezembro de 2014), não há hipotecas (R\$ 17.151 em 31 de dezembro de 2014), notas promissórias e carta fiança no valor de R\$ 1.928 (R\$ 317.329 em 31 de dezembro de 2014).

Os contratos de financiamentos com o International Finance Corporation (IFC) que totalizam R\$ 32.493 na controladora, contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2015 o contrato apresentou um desenquadramento do índice de endividamento líquido com relação ao EBITDA e também da cobertura de dívida. Sobre este assunto, a Companhia tem tomado providências, no sentido de restabelecimento dos indicadores de performance pactuados.

Adicionalmente, a Companhia detém contratos de financiamentos no valor de R\$ 540.194 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social.

Abaixo a descrição dos mesmos:

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado Industrial) de no máximo 3 vezes;
- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado) de no máximo 2,5 vezes;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado Industrial) foi de 8,5 vezes o EBITDA dos últimos doze meses, e o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado) foi de 8,4 vezes o EBITDA dos últimos doze meses, portanto acima do definido pelo *covenant*. Considerando que a cláusula contratual se refere aos índices calculados sobre as demonstrações financeiras anuais, a Companhia obteve declaração (*waiver*) das instituições financeiras indicando que não exigirá nenhuma das compensações previstas em contrato em decorrência do não cumprimento destes índices. Todos os casos de descumprimento dos acordos contratuais foram repassados antes da carta as demonstrações financeiras, conforme tratado no item 19 CPC 40 (R1) IFRS7. Independentemente da anuência por parte da Instituição, a Companhia tem tomado providências, no sentido de restabelecimento dos indicadores de performance pactuados.

Exercício de 2016

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 436.284 (R\$ 692.766 em 31 de dezembro de 2015), e carta fiança (R\$ 1.928 em 31 de dezembro de 2015), não há notas promissórias.

Adicionalmente, a Companhia detém contratos de financiamentos no valor de R\$ 485.278 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) nas datas base de encerramento de cada exercício social.

Abaixo a descrição dos mesmos:

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem Banco) de no máximo 3,0 vezes;
- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem Banco) de no máximo 3,5 vezes;

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 2,9 vezes o EBITDA dos últimos doze meses,

Captação no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pela controlada Banco Randon S.A., com o BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre parte das captações, incidem encargos financeiros de 8,4% a 11,5% a.a. mais a variação da TJLP e parte das captações tem taxa fixa que varia de 0% a 20,46% a.a..

Debêntures

As debêntures referem-se a captações efetuadas em 22 de janeiro, 26 de agosto de 2013 e duas em 07 de dezembro de 2016, nos montantes totais de R\$ 300.000, R\$ 200.000, R\$ 130.000 e R\$ 70.000, respectivamente, sendo que todas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sob regime firme de subscrição, com vencimento em 18 de dezembro de 2019, 01 de agosto de 2020, 09 de dezembro de 2019 e 07 de dezembro de 2021 respectivamente.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e sua controlada Fras-le S.A. assinaram Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

A subvenção governamental/incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 33 a 54 meses e prazo de pagamento entre 54 a 96 meses, a partir de cada débito, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros de 3% a.a. Na parcela do débito com pagamento postergado, apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem - RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;
- ICMS incremental mensal; e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, operações financeiras de *vendorem* aberto com seus clientes no montante de R\$ 485 (R\$ 674 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e R\$ 3.370 (R\$ 3.437 em 31 de dezembro de 2015), no consolidado, nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento à instituição financeira no prazo pactuado entre as partes.

A partir de março de 2014, essas operações passaram a ser realizadas diretamente pela controlada indireta Banco Randon S.A., e este assumiu parte dos riscos relacionados a inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi reconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 35 dias.

Fontes de Liquidez adicional

A Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e instrumentos lastreados em exportação para uso em sua necessidade de recursos. Embora sem utilização nos últimos anos, a Companhia possui bons índices de avaliação junto às instituições financeiras o que permite acesso rápido a linhas de crédito.

Segue abaixo, tabela que expõe a subordinação de garantias relativas aos 3 últimos exercícios:

GARANTIAS POR AVAIS E FIANÇAS	2016	2015	2014
Menos de 1 ano	10.814.671	8.776.574,51	5.298.460
Entre 1 e 3 anos	213.521.929	133.762.748,85	112.783.976
Entre 3 a 5 anos	147.001.709	353.861.928,25	251.998.091
Acima de 5 anos	66.435.317	267.014.726	267.014.726
	437.773.627,05	569.958.897	637.095.254

As garantias reais, em caso de liquidação da Companhia, terão preferência entre as garantias dadas pela mesma.

Segue abaixo, arrolamento das cláusulas restritivas a que a Companhia se submetia até 31/12/2016:

- (a) Existência corporativa; Condução dos negócios: Manter sua existência corporativa, cumprir com seu Instrumento de Constituição, e implementar o Segundo Projeto e conduzir seus negócios com devida diligência e eficiência em conformidade com as práticas comerciais, financeiras e de engenharia sólidas;
- (b) Utilização de receitas: Fazer com que o financiamento especificado no Plano Financeiro seja aplicado exclusivamente ao segundo projeto;
- (c) Cumprimento com as Leis; Impostos;
 - (i) Conduzir seus negócios em conformidade, em todo aspecto material, com as exigências aplicáveis da lei; e
 - (ii) Registrar até data devida todas as declarações, relatórios e registros relativos a Impostos que devam ser registrados por ela e pagar, quando forem devidos, todos os Impostos devidos pela mesma;
- (d) Gerenciamento contábil e financeiro: Manter um sistema contábil e de controle, sistemas de gerenciamento de informação, livros contábeis e outros registros, os quais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

conjuntamente apresentam de forma adequada e precisa a condição financeira da Sociedade e os resultados de suas operações em conformidade com as Normas Contábeis;

(e) Auditores

- (i) Manter a todos os momentos uma empresa de contadores públicos independentes reconhecidos internacionalmente; e
- (ii) Irrevogavelmente autorizar os Auditores a se comunicarem diretamente a qualquer momento com relação às demonstrações financeiras da Sociedade (tanto auditadas quanto não auditadas), contas e operações, e fornecer uma cópia da referida autorização;
- (iii) No mais tardar 30 (trinta) dias após qualquer alteração com relação aos Auditores, emitir uma autorização similar aos novos Auditores e fornecer uma cópia da mesma;

(f) Acesso: Mediante solicitação e notificação prévia razoável enviada à Sociedade, permitir que os representantes, durante todo o horário comercial normal

- (i) Visitem quaisquer dos locais e instalações onde os negócios da Sociedade são conduzidos;
- (ii) Inspeccionem quaisquer dos locais, instalações, plantas e equipamentos da Sociedade;
- (iii) Tenham acesso aos livros contábeis e todos os registros da Sociedade;
- (iv) Tenham acesso aos funcionários, agentes, contratados e subcontratados da Sociedade que tenham ou possam ter conhecimento de assuntos com relação aos quais se busca informações;

Contudo, (i) nenhuma notificação prévia razoável será necessária se um evento de inadimplemento ou evento de inadimplemento em Potencial esteja acontecendo ou caso circunstâncias especiais assim exijam e (ii) no caso do Diretor Contábil, o referido acesso será para o propósito de desempenhar o papel de Diretor Contábil;

(g) Questões ambientais: Por meio de seus funcionários, agentes, contratados e subcontratados, garantir que o design, construção, operação, manutenção, gerenciamento e monitoramento dos locais, plantas, equipamentos, operações e instalações do Projeto sejam realizados em conformidade com as exigências aplicáveis das normas de desempenho.

(h) Índices de manutenção: Manter em todos os momentos:

- (i) Um consolidado Quociente de Liquidez não inferior a 1,4;
- (ii) Uma dívida financeira líquida industrial consolidada ajustada para EBITDA consolidado de não mais que 1,5;
- (iii) Uma dívida financeira consolidada ajustada para o índice de Patrimônio Líquido Tangível de não mais que 1,0; e
- (iv) Um índice de cobertura de serviço de dívida de pico com mais que 1,3;

A Sociedade não deverá, a menos que seja autorizada:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (a) Dívida financeira permitida: Incurrir, assumir ou permitir a existência de qualquer Dívida Financeira exceto pela Dívida Financeira adicional que não resultaria em Índice de Cobertura de Serviço de Dívida de Pico excedendo 1,3;
- (b) Arrendamentos: Celebrar qualquer contrato ou acordo para arrendar qualquer propriedade ou equipamento de qualquer tipo, exceto por arrendamentos com relação aos quais os pagamentos agregados nos termos dos referidos contratos ou acordos não excedem o equivalente a \$10.000.000,00 (dez milhões de dólares) em nenhum exercício financeiro.
- (c) Transações derivativas: Celebrar qualquer transação derivativa ou assumir obrigações de qualquer parte de qualquer transação derivativa, exceto pelas transações derivativas celebradas no Curso Ordinário do Negócio para o propósito de gerenciar riscos inerentes às operações comerciais da Sociedade com relação a taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities e não para propósitos especulativos;
- (d) Incorporação, fusão, etc: Se comprometer ou permitir qualquer incorporação, cisão, fusão ou reorganização a menos que a(s) entidade(s) resultando das mesmas se tornem devedoras ou fiadoras conjuntas do empréstimo;
- (e) Aditamentos, renúncias, etc, de contratos materiais: Rescindir, aditar ou conceder qualquer renúncia coma relação a qualquer disposição de quaisquer documentos de transação ou qualquer contrato comprovando quaisquer empréstimos fornecidos nos termos do plano financeiro;
- (f) Práticas sancionáveis: Engajar-se em (e não autorizar ou permitir que nenhuma afiliada ou qualquer outra pessoa agindo em seu nome se engaje) com relação ao projeto ou a qualquer transação contemplada pelo presente contrato, nenhuma prática sancionável.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Abaixo segue tabela que apresenta a evolução durante os anos de 2016, 2016 e 2013 dos contratos que estavam em vigor, que possuíam limite de crédito aprovado e em fase de desembolso:

CONSOLIDADO	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Financiamentos	<i>(em R\$ mil)</i>	<i>(em R\$ mil)</i>	<i>(em R\$ mil)</i>
Contratado	422.748	454.813	499.104
Liberado	350.196	375.654	390.088
Saldo	72.553	79.159	109.015

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Abaixo apresentamos as demonstrações das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, as quais, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também conforme as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP)

A tabela resumo a seguir facilita a compreensão dos dados.

									Variação 2014 x 2015		Variação 2015 x 2016	
	2013	% ¹	2014	% ¹	2015	% ¹	2016	% ¹	R\$	% ²	R\$	% ²
Receita Bruta Total (sem eliminações)	6.620.322	155,7%	5.457.304	144,4%	4.236.905	136,7%	3.680.156	140,3%	-1.220.399	-22,4%	-556.749	-13,1%
Receita Líquida Consolidada	4.253.328	100,0%	3.778.753	100,0%	3.099.401	100,0%	2.623.976	100,0%	-679.351	-18,0%	-475.425	-15,3%
Lucro Bruto Consolidado	1.039.640	24,4%	943.007	25,0%	640.927	20,7%	520.907	19,9%	-302.080	-32,0%	-120.019	-18,7%
Resultado Líquido Consolidado	235.062	5,5%	201.956	5,3%	-24.628	-0,8%	-67.205	-2,6%	-226.585	-112,2%	-42.576	172,9%
Lucro Operacional Próprio (EBIT) - Consol	446.422	10,5%	369.412	9,8%	37.230	1,2%	21.386	0,8%	-332.181	-89,9%	-15.845	-42,6%
EBITDA Consolidado	563.893	13,3%	490.463	13,0%	161.879	5,2%	142.717	5,4%	-328.584	-67,0%	-19.162	-11,8%
EBITDA Ajustado	563.893	13,3%	490.463	13,0%	258.167	8,3%	252.075	9,6%	-232.295	-47,4%	-6.093	-2,4%
Endividamento Financeiro Líquido Consol	1.193.197	28,1%	1.057.813	28,0%	1.357.269	43,8%	613.529	23,4%	299.456	28,3%	-743.740	-54,8%
Endividamento Financeiro Líquido Consolidado (sem banco)	938.913	22,1%	697.186	18,5%	1.052.048	33,9%	385.574	14,7%	354.862	50,9%	-666.474	-63,4%
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	-34.547	-0,8%	-38.284	-1,0%	-43.315	-1,4%	-20.305	-0,8%	-5.031	13,1%	23.010	-53,1%
<i>Receitas Financeiras</i>	305.814	7,2%	277.762	7,4%	422.834	13,6%	356.035	13,6%	145.072	52,2%	-66.799	-15,8%
<i>Despesas Financeiras</i>	-340.361	-8,0%	-316.046	-8,4%	-466.149	-15,0%	-376.340	-14,3%	-150.103	47,5%	89.809	-19,3%
Despesas Administrativas e Comerciais Consolidadas	-541.024	-12,7%	-544.156	-14,4%	-567.866	-18,3%	-457.749	-17,4%	-23.710	4,4%	110.116	-19,4%
Lucro Consolidado por Ação	0,98	0,0%	0,67	0,0%	-0,08	0,0%	-0,19	0,0%	-0,8	-112,2%	-0,1	132,4%
Legenda:												
¹ : Variações que representam análise vertical (representatividade sobre receita líquida do período correspondido)												
² : Variações que representam análise horizontal (variação de um período para o outro)												

Em relação ao exercício de 2016, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

a. Lucro Líquido e Lucro Líquido por Ação: Com o aprofundamento da crise econômica no Brasil, o transporte de mercadorias sofreu reduções importantes nos volumes, afetando milhares de transportadores no país. Isso, aliado ao crédito mais caro e a uma frota ociosa parada no pátio das transportadoras, fez com que os os volumes de vendas de caminhões e semirreboques atingissem números que não eram vistos há 15 anos. A produção de caminhões fechou em 60.604 unidades (-18,2%) e a venda em 50.562 caminhões (-29,4%) na comparação com o mesmo período de 2015.

As quedas não foram diferentes no setor de semirreboques, cuja produção caiu de 33.056 em 2015 para 27.161 unidades em 2016 (-17,8%). Além da queda de mercado, despesas e custos não recorrentes impactaram a *performance* da companhia e o lucro. No lado positivo de demanda os setores de reposição e de vagões contribuíram positivamente;

b. Em 2016, o EBITDA Consolidado totalizou R\$ 142,7 milhões ou 5,4% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2015 havia somado R\$ 161,9 milhões ou 5,2% sobre a receita líquida. Com um ambiente de mercado difícil, as margens permaneceram pressionadas pela dificuldade de reajuste de preço dos produtos e pela redução de volumes. Além disso, ajustes de estrutura foram necessários para adequar a produção à demanda, tornando os gastos com reestruturação bastante significativos neste ano (R\$ 44,7 milhões).

c. O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades e aplicações financeiras) atingiu R\$ 613,5 milhões no encerramento de 2016, equivalente a um múltiplo de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

4,3 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No mesmo período de 2015, este endividamento era de R\$ 1,4 bilhão e representava múltiplo de 8,38 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Em relação ao exercício de 2015, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

a. Lucro Líquido e Lucro Líquido por Ação: Em função da baixa demanda, as montadoras trabalharam no ajuste dos níveis dos estoques de seus pátios e dos seus concessionários, afetando negativamente o volume de produção, o pior nível dos últimos 15 anos, 74.062 unidades de caminhões (-47,1% comparado a 2014) e 33.056 unidades de semirreboques (-45,1% comparado a 2014). A venda de caminhões encerrou o ano em 71.655 unidades, baixa de 47,7% em comparação com 2014. As quedas não foram diferentes no setor de semirreboques, 29.620 unidades em 2015 (-47,5%). Aliado à queda expressiva de mercado, despesas e custos não recorrentes ajudaram piorar a *performance* do item referido. No lado positivo de demanda os setores de reposição e de vagões foram destaques, mas não suficientes para reverter a expressiva queda de mercado e o aumento das despesas

b. EBIT e EBITDA: A redução da geração bruta de caixa quando comparada com os anos de 2013 e 2014, é explicada principalmente pela baixa escala e nível de faturamento, pelas despesas com reestruturação (R\$ 62,1 milhões), provisões não operacionais (R\$ 4,3 milhões) e pelo impacto da amortização de parcelas de dívida em moeda estrangeira designada como *Hedge Accounting* (R\$ 29,8 milhões).

c. Endividamento financeiro líquido consolidado: O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades e aplicações financeiras) atingiu R\$ 1,4 bilhão no encerramento de 2015, equivalente a um múltiplo de 8,38 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. A piora deste indicador quando relacionado ao EBITDA em comparação aos níveis de 2014, onde este mesmo endividamento era de R\$ 1,1 bilhão e representava múltiplos de 2,16 vezes o EBITDA dos últimos doze meses, deve-se principalmente à piora expressiva da geração bruta de caixa em função da queda de mercado e das despesas e custos não recorrentes, conforme já comentado.

Em relação ao exercício de 2014, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

a. Lucro Líquido e Lucro Líquido por Ação: Definições tardias quanto às novas regras de financiamento PSI/Finame no primeiro e último trimestre de 2014 acentuaram as quedas no volume de vendas em relação a 2013, já fragilizadas pela baixa na economia. Foram produzidos 139.965 caminhões (-25,2% comparado a 2013), 32.938 chassis de ônibus (-17,9% em relação a 2013) e 60.208 implementos rodoviários (-20,4% sobre 2013). No setor de autopeças destaque para Fras-le, com bons níveis de vendas para os setores de reposição e exportação. Já na área ferroviária ênfase

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em vendas de 1.356 unidades no ano. Resumidamente falando, mesmo com bons os bons desempenhos da Fras-le e do setor ferroviário, o baixo crescimento da economia somados aos altos estoques dos fabricantes de caminhão principalmente no último trimestre do período, a baixa motivação de investimentos e as mudanças nas regras de financiamento, todos eventos negativos na ponta comercial pesaram e prejudicaram o desempenho da companhia, que mesmo tendo uma boa gestão de custos vide margem bruta, não foi o suficiente para melhorar o item quando comparado a período anterior, 2013.

b. EBIT e EBITDA: A manutenção dos níveis de geração bruta de caixa, percentualmente próximos ao último exercício (2013: 13,3% e 2014: 13,0%), respalda a capacidade de gestão da Companhia, mesmo em um ambiente de negócios desfavorável e de baixa produção. O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 490,5 milhões ou 13,0% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2013 havia registrado R\$ 563,9 milhões ou 13,3% sobre a receita líquida. Em outras palavras a boa gestão dos gastos (custos e despesas) possibilitou uma margem EBITDA discretamente maior em 2014 quando comparada com 2013 mesmo com uma piora da receita líquida, relacionado principalmente a fatores de mercado.

c. Endividamento financeiro líquido consolidado: O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades) atingiu R\$ 1,1 bilhão no encerramento de 2014, equivalente a um múltiplo de 2,16 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. Em 2013, este endividamento era de R\$ 1,2 bilhão e representava múltiplo de 2,12 vezes o EBITDA dos doze meses anteriores. A similaridade tanto do indicador versus EBITDA quanto do valor absoluto do endividamento líquido comparando os períodos de 2013 e 2014, devem-se a manutenção das margens de EBITDA mesmo com uma queda de mercado e da dívida bruta.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 – Resultado Operacional e Financeiro****a. Resultados das operações do emissor:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita****Receitas**

	2013	Variação 2013-2014	2014	Variação 2014-2015	2015	Variação 2015-2016	2016
Receita Bruta total (sem eliminação entre empresas)	R\$ 6,6 bilhões	-17,60%	R\$ 5,5 bilhões	-22,40%	R\$ 4,2 bilhões	-13,10%	R\$ 3,7 bilhões
Receita Líquida Consolidada	R\$ 4,3 bilhões	-11,20%	R\$ 3,8 bilhões	-18,0%	R\$ 3,1 bilhões	-15,30%	R\$ 2,6 bilhões

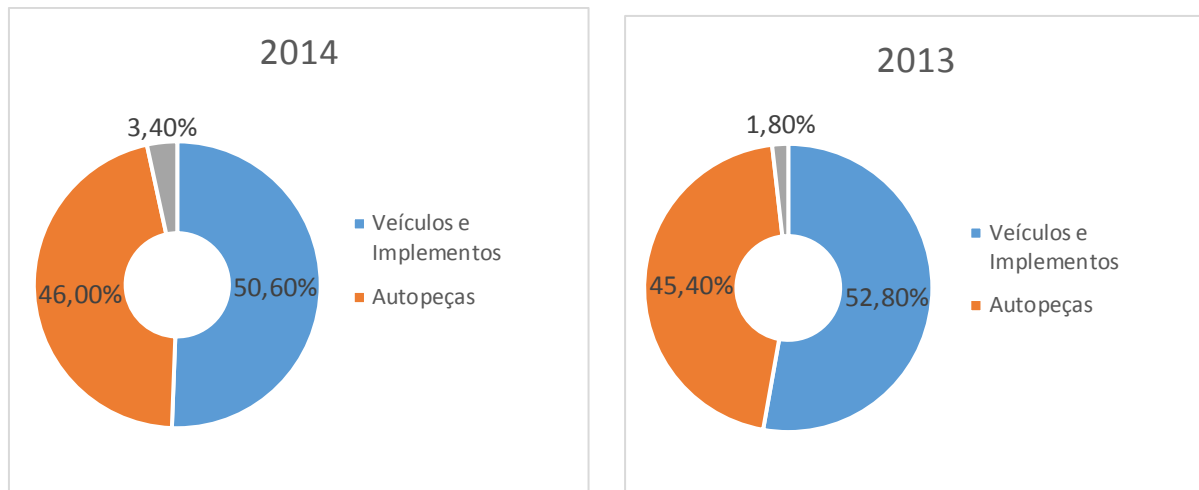
Composição da Receita Líquida Consolidada

	JAN-DEZ/2014	JAN-DEZ/2015	JAN-DEZ/2016
Representatividade das vendas entre empresas sobre Receita Líquida Total	12,90%	9,40%	10,21%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Distribuição da Receita por Segmento**

	2014				2013	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	1.675.473	223.059	1.452.414	38,4%	1.577.180	37,1%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	364.758	5.569	359.189	9,5%	418.249	9,8%
Randon Brantech Ltda. (até 30.04.2014)	31.408	2.106	29.301	0,8%	151.923	3,6%
Randon Argentina S.A.	71.661	-	71.661	1,9%	86.336	2,0%
Escritórios Internacionais	2.002	2.002	-	0,0%	-	0,0%
VEÍCULOS E IMPLEMENTOS	2.145.301	232.736	1.912.565	50,6%	2.233.688	52,5%
Master Sist. Automotivos Ltda.	433.221	143.249	289.972	7,7%	374.788	8,8%
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	184.330	54.600	129.730	3,4%	165.659	3,9%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	764.677	35.924	728.754	19,3%	674.671	15,9%
Randon S.A. Impl. e Participações (Divisão Suspensys)	598.561	10.652	587.909	15,6%	704.343	16,6%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	83.372	80.727	2.645	0,1%	1.514	0,0%
AUTOPEÇAS	2.064.160	325.152	1.739.009	46,0%	1.920.974	45,2%
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	91.000	-	91.000	2,4%	75.692	1,8%
Randon Investimentos Ltda.	36.179	-	36.179	1,0%	22.974	0,5%
SERVIÇOS FINANCEIROS	127.179	-	127.179	3,4%	98.665	2,3%
TOTAL	4.336.640	557.888	3.778.753	100%	4.253.328	100%
Valores em R\$ Mil						

Em 2014, houve aumento da participação do setor de Autopeças e da participação dos Serviços Financeiros, conforme demonstrado a seguir nos gráficos de participação das receitas por segmento em 2014 e 2013:

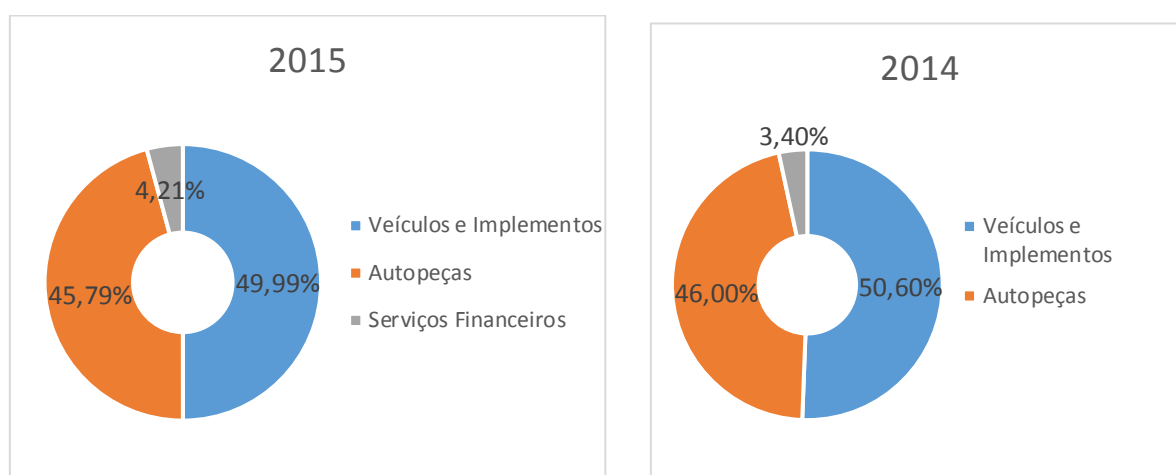
10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Distribuição da Receita por Segmento**

	2015				2014	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	1.347.355	83.720	1.263.635	40,8%	1.452.414	38,4%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	191.398	8.727	182.671	5,9%	359.189	9,5%
Randon Brantech Ltda. (até 30.04.2014)	-	-	-	0,0%	29.301	0,8%
Randon Argentina S.A.	103.177	-	103.177	3,3%	71.661	1,9%
Escritórios Internacionais	9.009	9.009	-	0,0%	-	0,0%
VEÍCULOS E IMPLEMENTOS	1.650.938	101.456	1.549.483	50,0%	1.912.565	50,6%
Master Sistemas Automotivos Ltda.	265.614	76.104	189.509	6,1%	289.972	7,7%
JOST Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	115.492	39.121	76.372	2,5%	129.730	3,4%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	875.026	19.165	855.861	27,6%	728.754	19,3%
Randon S.A. Impl. e Participações (Divisão Suspensys)	315.397	20.634	294.763	9,5%	587.909	15,6%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	53.773	50.982	2.791	0,1%	2.645	0,1%
AUTOPEÇAS	1.625.302	206.007	1.419.295	45,8%	1.739.009	46,0%
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	96.018	-	96.018	3,1%	91.000	2,4%
Randon Investimentos Ltda.	47.215	12.609	34.606	1,1%	36.179	1,0%
SERVIÇOS FINANCEIROS	143.233	12.609	130.624	4,2%	127.179	3,4%
TOTAL	3.419.473	320.072	3.099.401	100%	3.778.753	100%

Valores em R\$ Mil

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2015, houve aumento da participação do setor de Serviços Financeiros, conforme demonstrado a seguir nos gráficos de participação das receitas por segmento em 2015 e 2014:

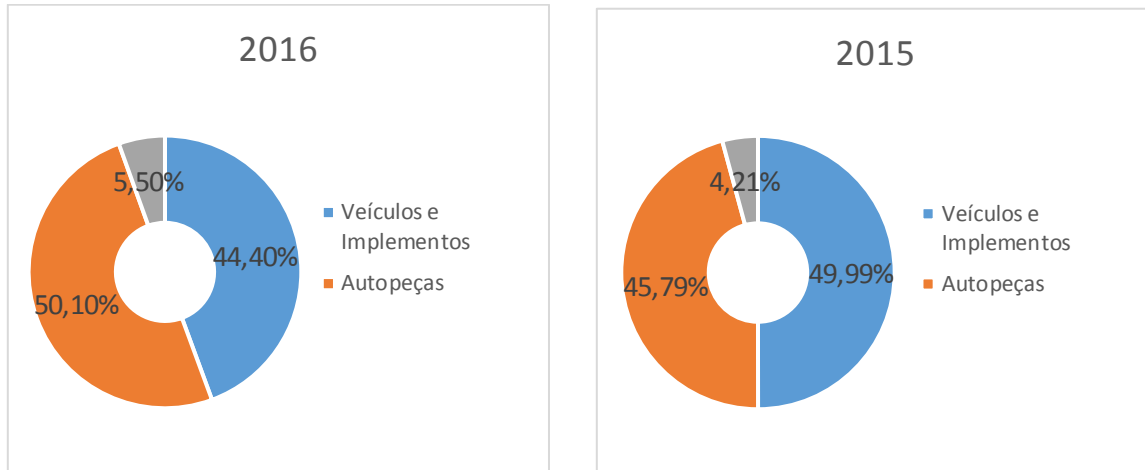


Distribuição da Receita por Segmento

	2016				2015	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	1.080.621	75.413	1.005.208	38,3%	1.263.635	40,8%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	86.134	4.549	81.585	3,1%	182.671	5,9%
Randon Argentina S.A.	78.160	-	78.160	3,0%	103.177	3,3%
Escritórios Internacionais	2.085	2.085	-	0,0%	-	0,0%
VEÍCULOS E IMPLEMENTOS	1.247.001	82.047	1.164.954	44,4%	1.549.483	50,0%
Master Sistemas Automotivos Ltda.	265.561	81.032	184.529	7,0%	189.509	6,1%
JOST Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	112.065	31.906	80.159	3,1%	76.372	2,5%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	812.651	12.762	799.888	30,5%	855.861	27,6%
Randon S.A. Impl. e Participações (Divisão Suspensys)	263.851	17.256	246.595	9,4%	294.763	9,5%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	62.807	59.357	3.450	0,1%	2.791	0,1%
AUTOPEÇAS	1.516.934	202.313	1.314.621	50,1%	1.419.295	45,8%
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	108.375	85	108.290	4,1%	96.018	3,1%
Randon Investimentos Ltda.	49.962	13.850	36.112	1,4%	34.606	1,1%
SERVIÇOS FINANCEIROS	158.337	13.935	144.402	5,5%	130.624	4,2%
TOTAL	2.922.272	298.296	2.623.976	100%	3.099.401	100%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2016, houve aumento da participação do setor de Serviços Financeiros e de Autopeças, conforme demonstrado a seguir nos gráficos de participação das receitas por segmento em 2016 e 2015:



ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da empresa é afetado por diversos fatores, dentre os quais estão 3 principais: Demanda de Mercado, Custos e Despesas Operacionais.

Demanda de Mercado

A Companhia atua globalmente e está inserida em diversos mercados, diversificando em bens de capital, autopeças e serviços financeiros. A atuação se dá no fornecimento ao cliente final e na reposição, principalmente no mercado nacional, mas também mercado externo.

Mudanças no cenário econômico que afetam o segmento da indústria na qual a empresa está inserida afetam materialmente os volumes de produção, que seguem as oscilações de variáveis como PIB, consumo, transporte, tanto positiva quanto negativamente.

Custos

Os resultados operacionais da Companhia também são afetados pela dinâmica de custos em que a inflação e o nível de demanda de produção para diluição de custos fixos são os fatores que mais afetam este indicador.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Despesas Operacionais

As despesas operacionais também têm profunda influência no resultado operacional da Companhia, já que atendem por um gama importante de fatores. Alterações no quadro de funcionários, reestruturação, provisões, contratos, dentre outros, são fatores que podem impactar as despesas operacionais.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em síntese as principais rubricas que influenciaram os resultados dos 3 últimos exercícios sociais foram:

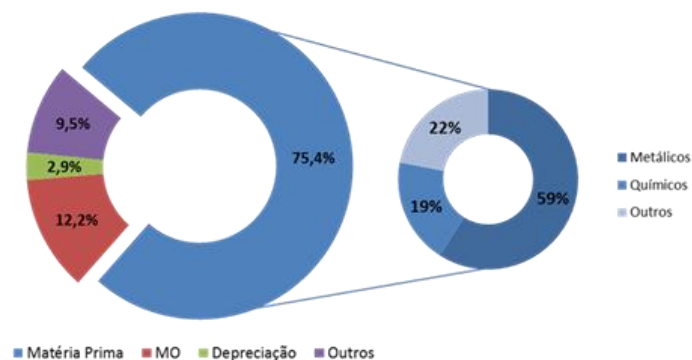
Exercício de 2014

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 75,0% da receita líquida consolidada ou R\$ 2,8 bilhões (no exercício de 2014) contra R\$ 3,2 bilhões referentes a 2013 e que representou 75,6% da receita líquida.

Em um ano de produção fragilizada, a disciplina de custos ganhou maior relevância. A manutenção dos percentuais históricos, como os custos de mão de obra, foi marco importante na gestão dos gastos e adequações da capacidade de produção. Mesmo com pagamento de ganhos reais nos salários, a atenção à produtividade e à eficiência formam importantes diferenciais para a manutenção da competitividade e rentabilidade dos negócios.

Segue gráfico que expõe a distribuição do CPV em 2014:



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 943,0 milhões no acumulado de 2014 e representou 25,0% da receita líquida consolidada, com redução de 9,3% em relação ao ano de 2013, quando o lucro bruto totalizou R\$ 1,0 bilhão ou 24,4% da receita líquida consolidada.

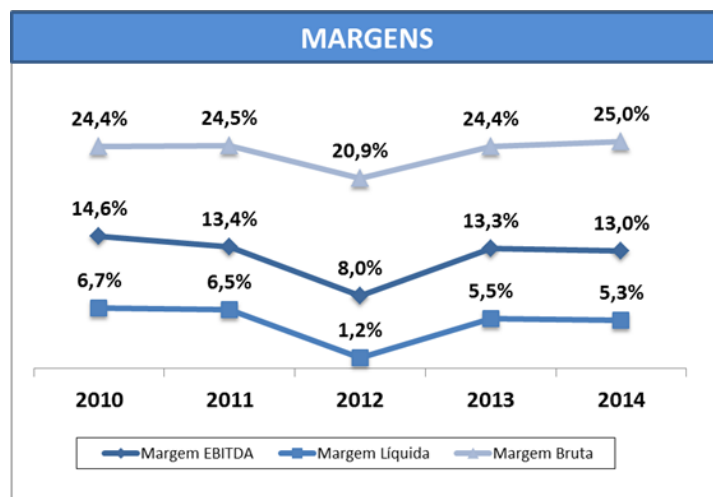
Despesas Operacionais (Administrativas /Comerciais /Outras)

As despesas operacionais em 2014 representaram 15,2% sobre a receita líquida consolidada contra 13,9% no ano de 2013, ficando em R\$ 573,6 milhões (R\$ 593,2 milhões em 2013). O recuo das receitas não permitiu eficiência de escala nas despesas operacionais. Contudo, a redução nominal do valor respalda as iniciativas em andamento na Companhia visando redução de tais despesas. Entre as principais iniciativas podem ser elencadas: (i) ganhos de produtividade com o novo ERP, (ii) ampliação dos serviços do Centro de Serviços Compartilhados, (iii) eficiência nas negociações de suprimentos e serviços, e (iv) readequação do tamanho das equipes administrativas.

Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 490,5 milhões ou 13,0% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2013 havia registrado R\$ 563,9 milhões ou 13,3% sobre a receita líquida.

A manutenção dos níveis de geração bruta de caixa, percentualmente próximos ao último exercício, respalda a capacidade de gestão da Companhia, mesmo em um ambiente de negócios desfavorável e de baixa produção. As frentes de trabalho que validam a busca da manutenção e melhora das margens e estão amplamente descritas ao longo deste documento.



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

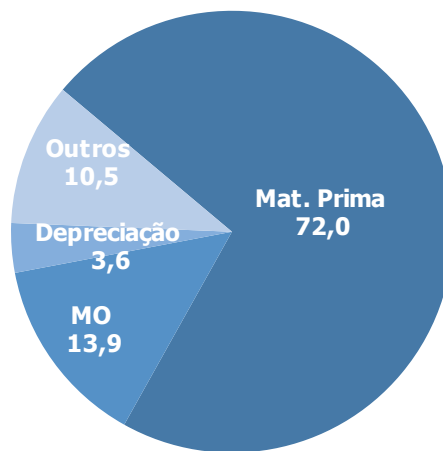
Exercício de 2015

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 79,3% da receita líquida consolidada ou R\$ 2,5 bilhões (no exercício de 2015) contra R\$ 2,8 bilhões referentes a 2014 e que representou 75,0% da receita líquida.

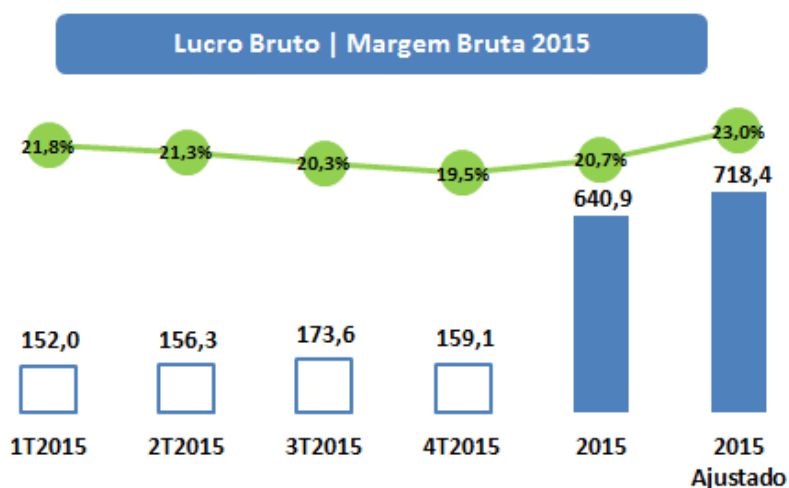
Em um ano de produção fragilizada, a disciplina de custos ganhou relevância. A Companhia concluiu com êxito a integração da sua área de suprimentos e os resultados desta iniciativa foram fundamentais para a manutenção dos preços de matéria prima. Os ganhos só não foram melhores percebidos por conta dos estoques de produtos finais, boa parte em base de custos anterior ao projeto. Além disso, os ajustes de estrutura e mão de obra trouxeram despesas não recorrentes em 2015 (R\$ 47,6 milhões).

Segue gráfico que expõe a distribuição do CPV em 2015:



Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 640,9 milhões no acumulado de 2015 e representou 20,7% da receita líquida consolidada, com redução de 32,0% em relação ao ano de 2014, quando o lucro bruto totalizou R\$ 943,0 milhões ou 25,0% da receita líquida consolidada.



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Despesas Operacionais (Administrativas /Comerciais /Outras)

As despesas operacionais em 2015 representaram 19,5% sobre a receita líquida consolidada contra 15,2% no ano de 2014, ficando em R\$ 603,7 milhões (R\$ 573,6 milhões em 2014).

Despesas não recorrentes acresceram as despesas operacionais durante o ano (R\$ 18,9 milhões), além disso, gastos com fretes foram superiores a 2014 em função da alta demanda de vagões. O recuo das receitas não permitiu eficiência de escala nas despesas operacionais.



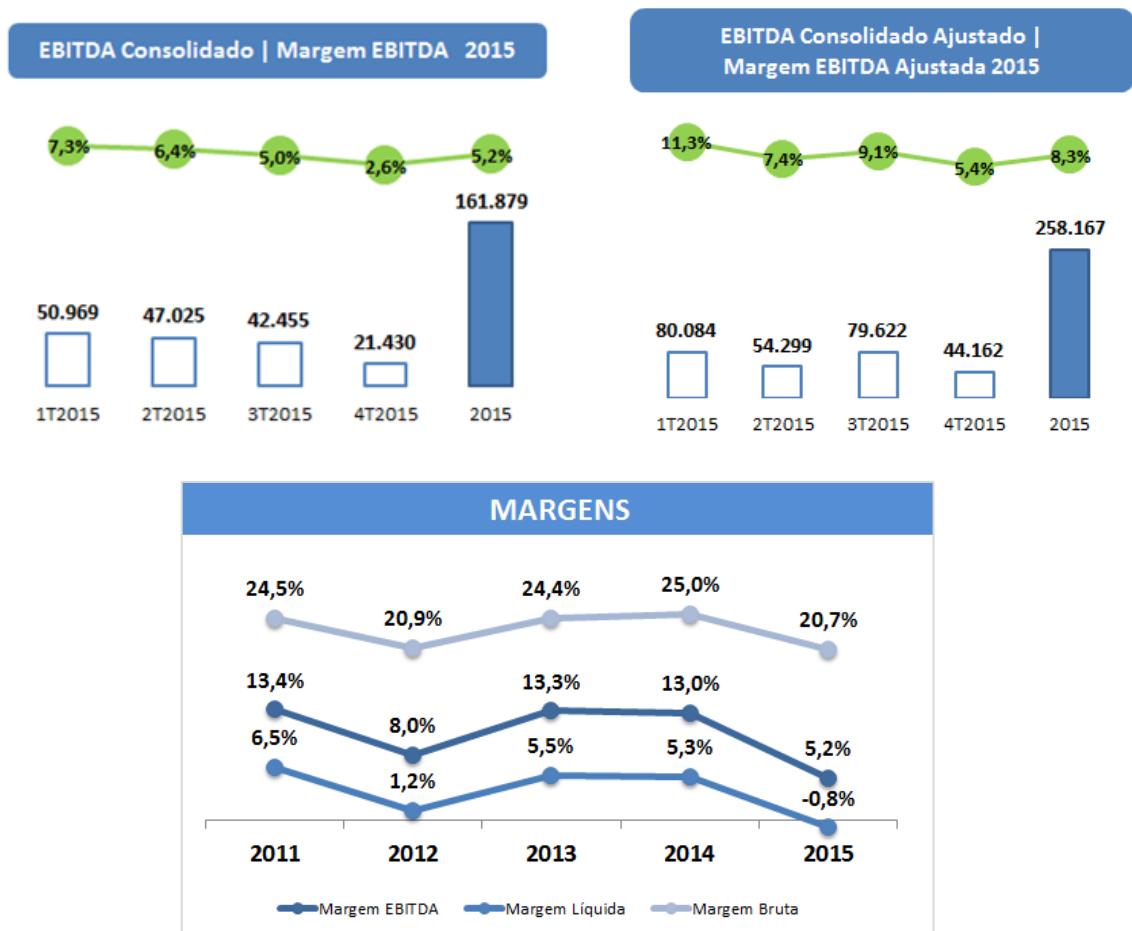
Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 161,9 milhões ou 5,2% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2014 havia registrado R\$ 490,5 milhões ou 13,0% sobre a receita líquida.

A redução da geração bruta de caixa é explicada principalmente pela baixa escala e nível de faturamento, pelas despesas com reestruturação (R\$ 62,1 milhões), provisões não operacionais (R\$ 4,3 milhões) e pelo impacto da amortização de parcelas de dívida em moeda estrangeira designada como *Hedge Accounting* (R\$ 29,8 milhões).

O instrumento, utilizado pela Companhia desde janeiro de 2014, transfere as variações cambiais dos empréstimos para o Patrimônio Líquido, evitando flutuações mensais da moeda estrangeira nas despesas financeiras. As travas de câmbio são feitas entre os vencimentos dos empréstimos contra as receitas de exportação, e na ocasião dos vencimentos das parcelas, a variação cambial correspondente é suprimida da receita de exportação, impactando o resultado operacional e por consequência a formação do EBITDA.

Quando ajustado aos efeitos não recorrentes, o EBITDA soma R\$ 258,2 milhões (8,3% Margem EBITDA) em 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**2016****Custo dos Produtos Vendidos**

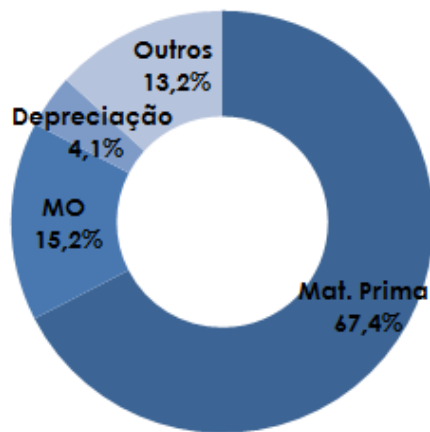
Em 2016, o CPV totalizou R\$ 2,1 bilhões, obtendo aumento de 0,8 p.p. sobre R\$ 2,5 bilhões, ou 79,3% da receita líquida em 2015.

Os ganhos com a implantação do setor de Compras Corporativas foram significativos. A constante revisão de contratos, a troca de fontes de materiais e forte negociação com os fornecedores para reduzir os impactos da inflação contribuíram para a redução de custos e despesas no ano de 2016.

Despesas com reestruturação afetaram a performance do CPV em R\$ 36,8 milhões em 2016.

Segue gráfico que expõe a distribuição do CPV em 2016:

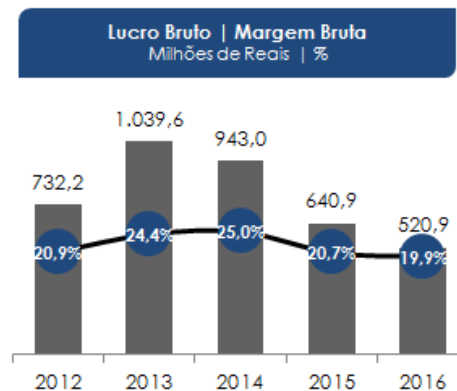
10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 520,9 milhões no acumulado de 2016 e representou 19,9% da receita líquida consolidada, com redução de 18,7%, em relação ao ano de 2015, quando o lucro bruto totalizou R\$ 640,9 milhões ou 20,7% da receita líquida consolidada.

Pode ser observado no gráfico abaixo o desempenho do lucro bruto e da margem bruta no decorrer de 2016:

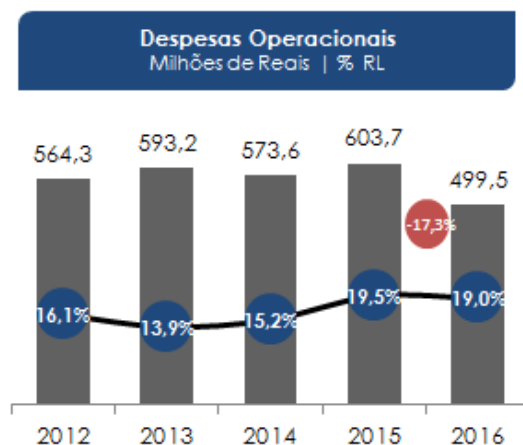


Despesas Operacionais (Administrativas / Comerciais / Outras)

As despesas operacionais em 2016 representaram 19,0% da receita líquida consolidada contra 19,5% no ano de 2015, ficando em R\$ 499,5 milhões (R\$ 603,7 milhões em 2015).

Em 2016, ocorreram diversas despesas operacionais não recorrentes que somaram R\$ 45,9 milhões ao final do ano. Este montante se refere principalmente a gastos com reestruturação, baixa de ativos (*impairment*) e a provisão da perda do recebimento dos títulos de um distribuidor Randon que entrou em recuperação judicial.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

Em 2016, o EBITDA Consolidado totalizou R\$ 142,7 milhões ou 5,4% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2015 havia somado R\$ 161,9 milhões ou 5,2% sobre a receita líquida.

Com um ambiente de mercado difícil, as margens permaneceram pressionadas pela dificuldade de reajuste de preço dos produtos e pela redução de volumes. Além disso, ajustes de estrutura foram necessários para adequar a produção à demanda, tornando os gastos com reestruturação bastante significativos neste ano (R\$ 44,7 milhões).

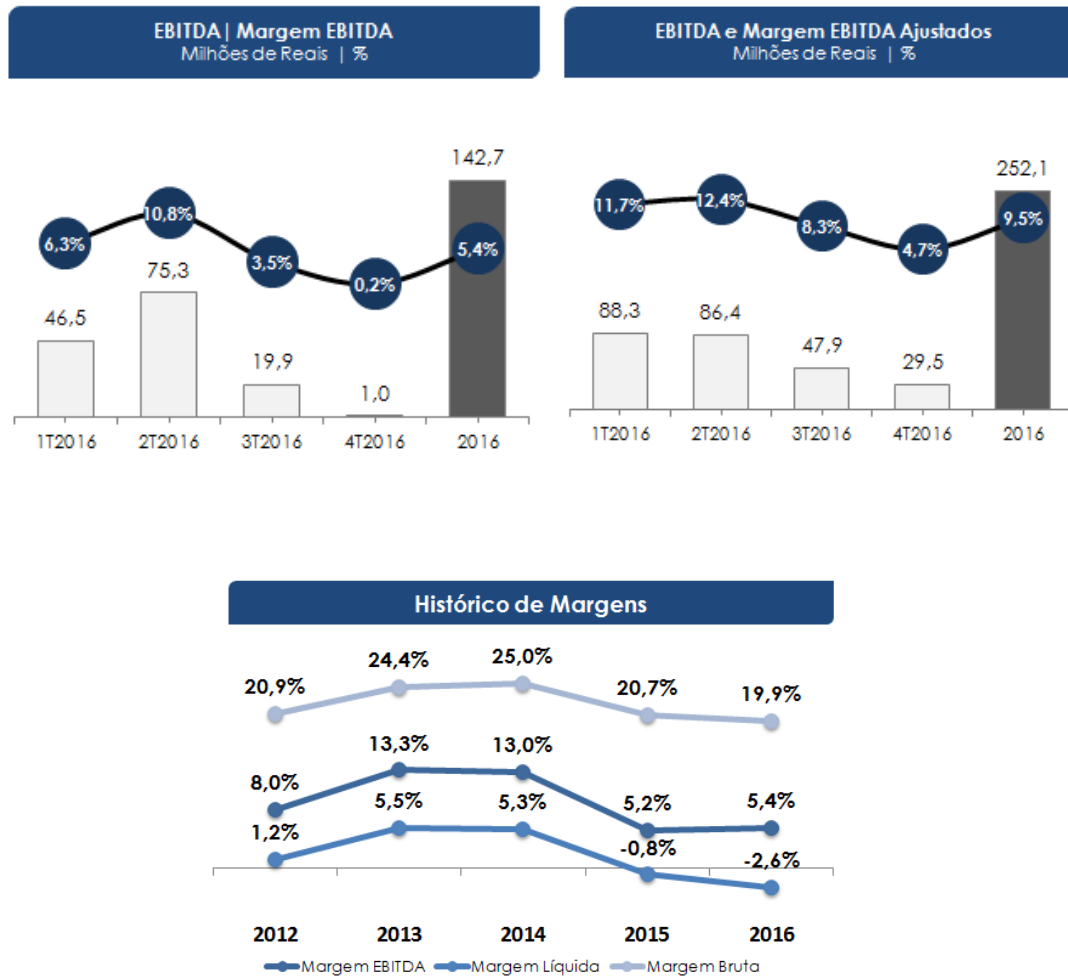
Ao final do 1T2016, a Companhia anunciou a paralisação fabril da unidade da Randon Implementos situada em Guarulhos, São Paulo. Este encerramento de atividades trouxe despesas adicionais que também afetaram significativamente o EBITDA.

Desde 2014, a Companhia utiliza o instrumento financeiro Hedge Accounting, que transfere as variações cambiais dos empréstimos para o Patrimônio Líquido, evitando flutuações mensais da moeda estrangeira nas despesas financeiras. A trava cambial é feita entre o vencimento dos empréstimos e as receitas de exportação. No pagamento de cada parcela do financiamento, a variação cambial correspondente é lançada em receita de exportação, afetando o resultado operacional, e por sua vez, o EBITDA.

Ajustado aos efeitos não recorrentes, que são os gastos com reestruturação, Hedge Accounting, Provisões e a baixa de ativos, o EBITDA soma R\$ 252,1 milhões (9,5% Margem EBITDA), em 2016.

Nos gráficos abaixo, são apresentados os desempenhos do EBITDA Consolidado e EBITDA Ajustado Consolidado, no decorrer de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



Resultado Financeiro

b. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A dinâmica da inflação, das taxas de juros e do câmbio impactam o resultado financeiro e o tamanho da dívida da Companhia, que podem agir de maneiras distintas a depender da ótica analisada e do momento de mercado enfrentado pela Companhia.

A inflação tem reflexo em salários e materiais de uso e consumo, além das matérias-primas bem como outros materiais necessários na fabricação que de uma forma ou outra estão atreladas às oscilações da taxa de inflação do país. A empresa entende que o processo inflacionário tem impacto geralmente negativo, pois incorre no aumento de despesas e custos, o que, em última análise, afeta o resultado, ainda mais em um mercado de baixa demanda em que o aumento de preços dos produtos da Companhia não consegue acompanhar a pressão da inflação sobre os insumos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A variação cambial impacta na receita da Companhia no que tange ao faturamento em dólares, mas também, afeta o custo da dívida que está atrelada a esta moeda. A dinâmica do dólar frente ao real pode ser positiva ou negativa a depender do cenário analisado.

Já a taxa de juros impacta no nível de vendas (juros mais altos são menos atrativos) e no resultado financeiro, já que parcela significativa do caixa da empresa e também da dívida estão atreladas a este indicador.

O aumento da taxa de juros durante o período por parte do governo como medida para conter a inflação em 2014, que chegou próxima ao teto máximo estabelecido pelo governo, influenciou a capacidade de investimentos dos clientes da Companhia, bem como os custos de seus empréstimos e a remuneração das aplicações financeiras. Mudanças nas regras de linhas de financiamento subsidiadas pelo governo (PSI/Finame) também tiveram impacto negativo nas vendas.

Itens metálicos (aço, fundidos, forjados, alumínio e outros) sofreram leve aumento nos preços durante o primeiro trimestre de 2014, que devido a condições de mercado mais competitivas fora repassado parcialmente aos clientes. Renegociações posteriores junto a fornecedores ajudaram a equilibrar estes ajustes, melhorando assim as margens da empresa.

A inflação de mão de obra, que representou durante o período 12,2% do custo de produtos vendidos da Randon, teve comportamento de elevação nos últimos exercícios. A Companhia tem imprimido ritmo de investimentos voltados à busca de eficiência e quando oportuno, automatizado processos, com o objetivo de preservar suas margens e sua competitividade.

As vendas consolidadas para o exterior no exercício de 2014 totalizaram US\$191,6 milhões ou queda de 20,7% sobre o ano de 2013. Uma das preocupações nas vendas para o mercado externo está ligada a variação da taxa de câmbio. A companhia adota postura conservadora na contratação de hedges cambiais e ajusta suas operações e negócios no exterior com o objetivo de manter suas operações competitivas.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não há.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**Exercício de 2017**

No exercício social de 2017, conforme Fato Relevante divulgado em 20 de junho, a Companhia celebrou Acordo de Associação ("Joint Venture") com a Comercial Epysa Peru S.A.C. e sua controladora no Chile Comercial Epysa S.A. ("Epysa"), para a criação de uma sociedade em comum, denominada Randon Peru S.A.C. ("Randon Peru"), a ser instalada na Cidade de Lima, Peru. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada naquela data. O aporte inicial das duas sócias na Randon Peru será equivalente a US\$1.500.000,00 e poderá, a partir do terceiro ano, chegar a US\$3.000.000,00, cabendo o controle do negócio à Companhia, que deterá participação societária correspondente a 51% do capital social. A participação remanescente, de 49% do capital social, será de titularidade da Comercial Epysa Peru S.A.C., subsidiária da chilena Comercial Epysa S.A.

A Joint Venture atuará no mercado do Peru e terá como propósito a fabricação, a montagem e a venda de reboques e semirreboques da marca Randon, através da junção do know-how tecnológico da Companhia com a experiência comercial da Epysa, parceira há mais de 35 anos como distribuidor Randon no Chile, e vem ao encontro com a estratégia da Companhia, de desenvolver novos mercados internacionais.

Exercício de 2016

No exercício social de 2016, a Companhia realizou aumento de capital, por subscrição privada, no valor de R\$93.169.864,11, passando o capital social de R\$ 1.200.000.000,00 para R\$ 1.293.169.864,11.

Exercício de 2015

No exercício social de 2015 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Exercício de 2014**Incorporação da controlada Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda.**

Conforme fato relevante divulgado ao mercado no dia 15 de abril de 2014, a Companhia submeteu aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a proposta de incorporação da sociedade controlada

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. ("Brantech"), sociedade empresária limitada, com sede e foro jurídico no município de Chapecó (SC), que foi realizada em 30 de abril de 2014, sem aumento do capital social da Companhia, posto que, sendo esta detentora da totalidade das quotas de capital da sociedade Brantech, o valor do patrimônio líquido acolhido será compensado com o correspondente valor da conta de investimento da Companhia.

A Incorporação foi baseada em estudos que indicavam uma economia de atividades administrativas e operacionais, com reflexos de natureza financeira e fiscal.

O acervo líquido incorporado em 30 de abril 2014 está composto pelos seguintes ativos e passivos:

	Valor Contábil
Ativos	
Caixa e equivalente de caixa	1.052
Aplicações financeiras	22
Contas a receber	9.094
Estoques	36.070
Impostos a recuperar	9.102
Imobilizado	25.811
Outros ativos	188
	81.339
Passivos	
Financiamentos e empréstimos	1.796
Fornecedores	29.469
Adiantamento de clientes	659
Impostos e contribuições a pagar	529
Salários e encargos	407
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.737
Outros passivos	373
	37.970
Total do acervo líquido incorporado	43.369

O acervo líquido incorporado inclui o resultado apurado no período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2014, conforme demonstrado a seguir:

	30/04/2014
Receita líquida de vendas	31.408
Custos dos serviços	(26.598)
Despesas operacionais	(1.598)
Outras receitas operacionais, líquidas	148
Imposto de renda e contribuição social	(966)
Lucro líquido do período	2.394

Em função dessa incorporação, a comparabilidade das informações contábeis intermediárias da controladora foi prejudicada, sendo possível a comparação através das informações contábeis consolidadas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Para o exercício de 2016 e 2015 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas e já divulgadas ao mercado pela Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia não teve mudanças significativas de práticas contábeis no ano de 2016.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Companhia não possui ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais políticas contábeis consideradas críticas pela Companhia e que possam resultar em ajuste relevante em seu resultado, e que envolvem risco significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir:

Impostos:

A interpretação de regulamentos tributários é complexa, e existem incertezas quanto ao valor e a época de resultados tributáveis futuros. Ajustes na receita e despesa de impostos registrados podem ser necessários caso ocorram mudanças nas premissas adotadas pela Companhia no futuro. São provisionadas, com base em estimativas confiáveis, possíveis consequências de eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor das provisões é baseado em diversos fatores como experiência de fiscalizações anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários por parte da Companhia e pela autoridade fiscal responsável.

O imposto diferido ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável e que haja a disponibilidade de lucro tributável que permita a utilização destes prejuízos.

Para efetuar o lançamento do imposto diferido ativo é requerido o julgamento significativo da Administração, baseado no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal.

Benefícios de aposentadoria:

Os planos de pensão são atualizados utilizando métodos de avaliação atuarial, que é feita baseada em premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Os aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e pensão baseiam-se nas taxas de inflação futuras esperadas para o país e a taxa de mortalidade é baseada nas tábuas de mortalidade disponíveis no país. Mudanças nessas premissas afetam significativamente este benefício.

Valor justo de instrumentos financeiros:

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através do mercado de ativos. Quando isto não ocorre, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Para esses métodos, são observados os dados praticados no mercado, e quando isto não é possível, um determinado nível de julgamento é adotado para determinar o valor justo. Este julgamento é feito considerando risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade e mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

A Companhia provisiona os riscos de perdas em causas tributárias, cíveis e trabalhistas avaliando a probabilidade de perda com base em evidências disponíveis, legislação, a hierarquia das leis, as jurisprudências, e também se utiliza da avaliação e opinião de advogados

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

externos. As provisões são revisadas e ajustadas considerando as alterações nos prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas tendo em conta novos assuntos e decisões de tribunais.

Impairment de ativos não financeiros:

Anualmente a Companhia efetua teste de recuperação de seus ativos ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: o seu valor justo menos custos estimados de venda e seu valor em uso. Sendo o valor em uso o valor calculado através dos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) gerados pelo uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil.

Quando for identificado pela Companhia que o valor residual de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, a Companhia constitui uma provisão para *impairment*, a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Exercício de 2014

Em 2014, foram contabilizados R\$ 124,8 milhões em investimentos contra R\$ 287,6 milhões no mesmo período do ano anterior. A seguir alguns destaques do período:

Nova planta de produção de veículos rebocados e vagões ferroviários, localizada na cidade de Araraquara, no estado de São Paulo, a nova planta de produção está prevista para iniciar as operações em 2016. Esta nova planta permite eficiência de produção e logística maior no atendimento de mercados distintos como produtos ferroviários, canaveiros e basculantes.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2014:

IMOBILIZADO - (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Consórcio	Argentina	Randon SP	Randon Middle East	Randon Automotive	Castertech	Randon Investim.	Total
Máquinas	8.310	18.041	1.017	2.224	-	519	2	-	-	400	-	30.513
Prédios	5.129	1.499	11	44	-	3	845	-	-	8	-	7.539
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ferramentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	891	298	242	-	-	-	-	-	-	159	3	1.593
Móveis e Utensílios	169	248	390	42	3	-	-	-	-	7	9	868
Equip. de Laboratório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Informática	342	280	5	76	154	-	-	-	-	2	3	862
Outros / Intangível	56.399	12.007	9.097	1.403	163	-	1.327	-	-	3.063	-	83.462
TOTAL:	71.240	32.373	10.762	3.789	320	522	2.174	-	-	3.639	15	124.837
INVESTIMENTOS (*) - (Reais Mil)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL (Reais Mil)	71.240	32.373	10.762	3.789	320	522	2.174	-	-	3.639	15	124.837

(*) Ações ou cotas outras empresas, incentivos etc.

Exercício de 2015

Em 2015, os investimentos totalizaram R\$ 161,6 milhões, crescimento de 29,5% em relação a 2014. Este aumento se deve principalmente à nova planta de Araraquara (R\$ 40,9 milhões), projeto que aguarda a retomada de mercado para ser concluído, e aos R\$ 17,5 milhões investidos para a aquisição de 912.800 ações ordinárias (FRAS3) de sua controlada Fras-le S.A., atingindo assim a participação de 50,0004% de seu capital social.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2015:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

IMOBILIZADO - (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Consórcios	Argentina	Randon SP	Randon Automotive	Castertech	Randon Investim.	Total
Máquinas	40.345	17.788	3.134	2.135	-	70	111	-	43	-	63.626
Prédios	4.810	553	3.451	320	-	35	355	-	-	-	9.524
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ferramentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	641	344	119	-	-	-	14	-	3	-	1.121
Móveis e Utensílios	218	90	357	45	25	-	-	14	-	-	749
Equip. de Laboratório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Informática	553	474	95	63	95	12	-	-	-	4	1.296
Outros / Intangível	40.393	20.291	3.327	518	55	-	442	-	2.735	11	67.772
TOTAL:	86.960	39.540	10.483	3.081	175	117	922	14	2.781	15	144.088
INVESTIMENTOS (*) - (Reais Mil)	17.539	-	-	-	2	-	-	-	-	-	17.540
TOTAL GERAL (Reais Mil)	104.499	39.540	10.483	3.081	177	117	922	14	2.781	15	161.628
(*) Ações ou cotas outras empresas, incentivos etc.											

Exercício de 2016

Em 2016, os investimentos totalizaram R\$ 43,2 milhões, redução de 73,3% em comparação ao ano anterior.

A redução dos investimentos veio de encontro aos objetivos da empresa de reduzir a necessidade de capital de giro e reduzir o endividamento, fazendo apenas a manutenção dos ativos que fosse necessária.

Além deste montante, a controladora investiu também R\$ 158,1 milhões em sua controlada Fras-le, aumentando sua participação acionária para 51,2% do total de ações.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2016:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

IMOBILIZADO (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Consórcio	Argentina	Randon SP	Randon Middle East	Randon Automotive	Castertech	Randon Investim.	Total
Máquinas	9.305	5.394	1.720	1.510	-	325	40	-	-	666	-	18.960
Prédios	1.730	-	76	356	-	33	140	-	-	10	-	2.345
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	32	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102
Móveis e Utensílios	586	38	94	234	1	-	-	-	7	-	-	960
Equip. de Laboratório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Informática	450	137	58	78	92	-	-	-	-	-	-	815
Outros / Intangível	12.906	4.783	511	840	-	-	-	-	-	794	-	19.834
TOTAL:	25.009	10.422	2.459	3.018	93	358	180	-	7	1.470	-	43.016
INVESTIMENTOS (*) (Reais Mil)	158.356	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	158.358
TOTAL GERAL (Reais Mil)	183.365	10.422	2.459	3.018	95	358	180	-	7	1.470	-	201.374
(*) Ações ou cotas outras empresas, incentivos etc.												

ii. Fontes de financiamento dos investimentos**Fontes de financiamento dos investimentos**

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa, o BNDES, o FINEP, e Debêntures, Bancos conforme já demonstrado anteriormente.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Exercício de 2016

Não Aplica

Exercício de 2015

Não Aplica

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**Exercício de 2014****Incorporação da controlada Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda.**

Conforme fato relevante divulgado ao mercado no dia 15 de abril de 2014, a Companhia submeteu aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a proposta de incorporação da sociedade controlada Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. ("Brantech"), sociedade empresária limitada, com sede e foro jurídico no município de Chapecó (SC), que foi realizada em 30 de abril de 2014, sem aumento do capital social da Companhia, posto que, sendo esta detentora da totalidade das quotas de capital da sociedade Brantech, o valor do patrimônio líquido acolhido será compensado com o correspondente valor da conta de investimento da Companhia.

A Incorporação foi baseada em estudos que indicavam uma economia de atividades administrativas e operacionais, com reflexos de natureza financeira e fiscal.

O acervo líquido incorporado em 30 de abril 2014 está composto pelos seguintes ativos e passivos:

	Valor Contábil
Ativos	
Caixa e equivalente de caixa	1.052
Aplicações financeiras	22
Contas a receber	9.094
Estoques	36.070
Impostos a recuperar	9.102
Imobilizado	25.811
Outros ativos	188
	81.339
Passivos	
Financiamentos e empréstimos	1.796
Fornecedores	29.469
Adiantamento de clientes	659
Impostos e contribuições a pagar	529
Salários e encargos	407
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.737
Outros passivos	373
	37.970
Total do acervo líquido incorporado	43.369

O acervo líquido incorporado inclui o resultado apurado no período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2014, conforme demonstrado a seguir:

	30/04/2014
Receita líquida de vendas	31.408
Custos dos serviços	(26.598)
Despesas operacionais	(1.598)
Outras receitas operacionais, líquidas	148
Imposto de renda e contribuição social	(966)
Lucro líquido do período	2.394

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em função dessa incorporação, a comparabilidade das informações contábeis intermediárias da controladora foi prejudicada, sendo possível a comparação através das informações contábeis consolidadas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis("CPC").

c. Novos produtos e serviços, indicando:**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não aplica